



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0905/05	DATA: 21/6/2005
INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 19h18min	DURAÇÃO: 04h30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h28min	PÁGINAS: 96	QUARTOS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NELSON REZENDE - Gerente do Centro de Informática Especializada do IBAMA
MÁRIO LÚCIO AVELAR - Procurador da República do Estado de Mato Grosso
HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Ex-Gerente Executivo do IBAMA no Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há termo ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Boa-tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros e a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 29ª Reunião.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em atendimento ao pedido de dispensa de leitura da ata, do Deputado Sarney Filho, nosso Relator, ela está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Em virtude da aprovação de requerimentos nesta Comissão, reúne-se hoje em audiência pública, para ouvirmos as pessoas: o Sr. Nelson Rezende, Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA; o Dr. Mário Lúcio Avelar, Procurador da República no Estado de Mato Grosso e o Sr. Hugo José Werle, ex-Gerente Executivo do IBAMA no Estado de Mato Grosso.

Convido o Sr. Nelson Rezende, Gerente do Centro Especializado de Informática do IBAMA, a tomar assento à mesa. Solicito que o Sr. Nelson Rezende preste juramento em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. NELSON REZENDE - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha que o art. 342 do Código Penal tipifica, como crime de falso testemunho, fazer



afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, e comina a este crime uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Com a palavra o Sr. Nelson Rezende para, se desejar, por até 20 minutos, usar da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. NELSON REZENDE - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; Exmo. Sr. Relator, Deputado Sarney Filho; Exmo. Srs. Deputados membros da CPI; senhoras e senhores, nós elaboramos uma cronologia do processo de informatização do IBAMA, nesses 15 anos, quase 16 anos. Em 1989, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, oriundo da fusão dos seguintes órgãos: IBDF, SEMA, SUDEPE e SUDEVEA. As atividades de coordenação e planejamento da área de informática do instituto ficam a cargo da Coordenadoria de Informática, CORIN. Nesse mesmo ano, estava previsto, no Programa Nacional do Meio Ambiente, um recurso orçado em torno de 1 milhão e 500 mil dólares para a construção de um CPD no IBAMA. Essa solução clássica contemplava um grande CPD, composto de equipamentos *main frame* central, terminais, no elemento de despesa "obras e instalações". Em 1990, é realizado o primeiro inventário do parque computacional, oriundo dos 4 ex-órgãos, e incorporado ao patrimônio do IBAMA. Em 91, é aprovada a política de informática do IBAMA. A Comissão de Informática aprovou, em outubro de 91, a política de informática do IBAMA, contendo as diretrizes gerais para a informatização do instituto. Este documento foi encaminhado para a homologação das diretorias em outubro de 91. Participavam da Comissão de Informática representantes das diretorias e um representante das antigas superintendências. Em outubro, é elaborada pela Comissão de Informática a norma para obtenção de *software* e equipamentos de informática em 20 de novembro de 91. Essa norma foi codificada pela área de modernização em 27 de fevereiro de 92. No mesmo ano de 91, a Comissão de Informática aprova o Catálogo de Equipamentos e Sistemas do IBAMA. De outubro a dezembro de 91, é desenvolvido e implantado o Sistema Integrado de Gerenciamento das Superintendências Estaduais do IBAMA, denominado SIGES. Contemplava as atividades de arrecadação, cobrança, protocolo, cadastro e fiscalização. Em 1992,



discussão com o Banco Mundial da troca de finalidade dos recursos referidos em 89, que passaram a ser destinados à aquisição de *hardware* e *software* para o IBAMA, conforme estabelecido pela sua política de informática. A Coordenação Geral de Planejamento do IBAMA formalizou esse pedido em 8 de maio de 92, por meio do Memorando nº 61/92, devidamente aprovado pelo Banco Mundial. Em agosto de 92, a Comissão de Informática conclui o Plano Diretor de Informática - PDI para o biênio 92/93, aprovado pelas diretorias do instituto e encaminhado para todas as unidades do IBAMA. No mesmo mês de agosto de 92, é enviado ao Banco Mundial o termo de referência elaborado pela Coordenadoria de Informática, obedecendo à política de informática do IBAMA, propondo a implantação da Rede Nacional de Computadores do IBAMA, a RNCI. No mesmo ano, foi elaborado e publicado edital de licitação para contratação de empresa para elaborar o projeto básico da rede. Foi concluído o processo licitatório, que se verificou em duas fases. A primeira fase foi a pré-qualificação das empresas, de universo limitado de participantes; no máximo, 6 empresas foram pré-qualificadas. E a segunda fase, a qualificação final, da qual participaram as empresas pré-qualificadas, destinadas a selecionar, dentre as propostas tecnicamente qualificadas, a de menor preço. Foi vencedora desse processo a empresa Politec Informática Ltda. Em 1993, foi elaborado pela empresa Politec o projeto básico da Rede Nacional de Computadores do IBAMA. Todas as diretorias designaram representantes para prestar informações, e foi a mesma equipe da Politec. E foram visitadas, nessa época, 10 superintendências. Nesse mesmo ano, foi preparado processo de licitação na modalidade Concorrência Pública Internacional para Aquisição de *Hardware* e *Software* para a Rede Nacional de Computadores do IBAMA. Esse processo de licitação foi dividido em 4 pacotes. O primeiro pacote, o Pacote nº 1, chamado de Redes Locais, compostos de computadores, servidores com processador Risk ou Intel, conforme especificação do projeto: *software* de rede, instalação lógica e elétrica, incluindo todo o material necessário à instalação e teste das redes, treinamento de pessoal, operação, administração de redes, manutenção e suporte pós-instalação. O pacote nº 2, chamado de Sistema Gerenciador de Banco de Dados, composto por *software* gerenciador de



banco de dados, com número de licenças de uso adequado para cada local, incluindo garantia, manutenção, treinamento de pessoal, suporte de pós-instalação e consultoria presencial na sede do IBAMA, em Brasília, DF. O pacote nº 3, chamado de Sistema Gerenciador de Imagem de Documentos, composto por *software* gerenciador de imagens e documentos, com número de licenças de uso adequado para cada local, *hardware* para tratamento de imagem, garantia, treinamento de pessoal, manutenção e suporte pós-instalação. Pacote nº 4, chamado de Estações de Trabalho e Impressoras, composto por computadores com processador Intel, impressoras *laser* e matricial, *modem* estabilizador de tensão, incluindo garantia, instalação e manutenção. Em agosto de 1993, foi publicado no *Diário Oficial da União* e em outros órgãos de divulgação, como *Gazeta Mercantil*, *Jornal de Brasília*, *Correio Braziliense* foi publicado o edital da compra desses equipamentos. No mesmo ano, houve uma conferência pré-licitatória para esclarecimentos de dúvidas sobre a licitação realizada em setembro de 93, tendo sido publicado o convite para esse evento no *Diário Oficial da União* e em alguns jornais nacionais já citados. Todos os adquirentes do edital, os que compareceram à conferência em tela, receberam ata desse evento em inglês e português. Em dezembro de 93, foram abertas as propostas, destacando-se os seguintes fatos. Sete empresas apresentaram-se como concorrentes. Para o Pacote nº 3, apenas uma empresa apresentou proposta. No finalzinho de 93, o julgamento das propostas e conclusão. A empresa Microdata, concorrente do Pacote nº 3, foi desclassificada por apresentar preço superfaturado. Como era a única concorrente nesse pacote, o mesmo acabou sendo cancelado. Os demais pacotes tiveram as seguintes vencedoras: Medidata Informática S.A., Pacote nº 1; Oracle do Brasil Sistema Ltda., Pacote nº 2; Ashford Internacional, Pacote nº 4. Valores dos pacotes: Medidata, 4 milhões 252 mil dólares; Oracle, 1 milhão 266 mil dólares; Ashford, 1 milhão 496 mil dólares. Em 30 de dezembro de 93 foram assinados os contratos e em 19 de janeiro de 94, publicados os extratos no Diário Oficial. Em 1994. Em maio de 94 foi o treinamento de pessoal de desenvolvimento em Oracle, treinamento de operadores-chave, administradores de rede e usuários avançados. Início do programa de treinamento dos técnicos para operação...



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sra. Presidenta dos trabalhos, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Eu acredito, Sra. Presidenta, que esse relatório consubstanciado, minucioso, que está escrito dando um histórico do sistema, é importante, mas eu acredito que nós poderíamos pegar esse relatório já e distribuí-lo à Comissão e ganharmos um pouco de tempo e partirmos para as perguntas mais objetivas.

O SR. NELSON REZENDE - Ele foi entregue à Mesa já; foi entregue à Secretaria.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Foi, não é? Então, nesse caso, eu acredito que nós nos sentimos...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Pela ordem também, Sra. Presidenta. Eu queria saber o seguinte: a justificativa da convocação ou do convite ao Dr. Nelson Rezende diz o quê? Ele vem explicar o quê? Porque se for para explicar como é que funciona o Centro Especializado de Informática do IBAMA, eu acho que no processo a gente teria coisas mais urgentes a conhecer, apesar da importância de conhecer o Centro Especializado de Informática do IBAMA. Mas aqui a gente está tratando de desmatamento, de crime, muitos crimes praticados no Brasil, e nós queremos saber de questões ligadas a esses crimes — o senhor entende?

O SR. NELSON REZENDE - Entendo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Não creio que na justificativa tenha alguma dúvida sobre a concorrência, se sumiu uma ou outra impressora — não é essa a questão. A questão nossa é a Amazônia, são os crimes na Amazônia, e é isso o que a gente está apurando aqui, eu imagino, não é?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sra. Presidenta, só para concluir o que o Deputado Gabeira disse, eu acredito que, já que houve a aquiescência do expositor, que já distribuiu inclusive antes a cópia para a Comissão, esta



Comissão possa disponibilizar a seus membros, e nós passemos imediatamente ao debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Então, eu vou, com a anuência do nosso expositor, passar para o debate e passo imediatamente a palavra ao nosso Relator, Deputado Sarney Filho, para que ele possa estar realizando as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem, Sr. Nelson, em primeiro lugar gostaria de agradecer sua presença aqui na Comissão. A primeira pergunta: o cadastramento de usuários dos sistemas informatizados é exclusivo do CNT na sede ou há responsáveis em cada gerência executiva?

O SR. NELSON REZENDE - Nos sistemas que rodam nas gerências, a gente tem um núcleo de informática, que é o NINFO — Núcleo de Informática , e uma pessoa, um técnico que participou desse processo aqui. A idéia de falar aqui é para fazer um *link* para os sistemas. Eu ia chegar aqui no relatório nos sistemas, não é? Só fazer um *link*, porque foi um processo longo. Houve um plano-diretor de informática, houve uma política de informática para se implantar essa rede, em junho agora, fez 10 anos. Então, nos sistemas que rodam hoje, nas gerências executivas do IBAMA, tem um técnico nosso que faz essa permissão, habilitação na rede, mas na rede sem ser sistemas. Na rede para mexer com Word, com Excel, tem uma permissão. No banco de dados, quem faz, mesmo o banco de dados estando na gerência, quem faz isso é Brasília.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Multas, por exemplo. Multas, a possibilidade de mexer em multas?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Quem pode reduzir, através do sistema, reduzir uma multa de 270 para 27?

O SR. NELSON REZENDE - O gerente executivo é que pode reduzir essa multa, e ficar registrado no sistema de arrecadação. Lá tem um campo obrigatório que você tem que explicar o motivo e falar quem. Quer dizer, tem que ter essa senha, senão não deduz. A pessoa entra com essa senha...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Entra com a senha, que só o gerente tem.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Deputado Gabeira, eu entendo a importância das perguntas do nobre Deputado, mas o Deputado Sarney, nosso Relator, está fazendo as perguntas dele. Em seguida, eu passo a palavra ao senhor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Há algum mecanismo nos sistemas que acuse, automaticamente, procedimentos contrários à legislação, tais como esses de redução de multa?

O SR. NELSON REZENDE - Não, tem que informar o amparo legal. A pessoa, ela entra no sistema, dá a senha e põe o motivo da redução, e tem que colocar um amparo legal. Isso fica registrado no sistema. Mesmo sendo um sistema na gerência, fica registrado no sistema.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Nós recebemos notícias e levamos a público: caso de alteração ou supressão irregular de valores de multa no sistema informatizado do IBAMA, conforme os documentos que foram entregues aqui ao Sr. Flávio Montiel e a Teófilo Pantoja. Como o senhor explica essas alterações, como foram possíveis essas alterações?

O SR. NELSON REZENDE – Eu não conheço o documento. Mas, no sistema de arrecadação, tem a senha da pessoa que fez. E aí eu teria que ver essa informação, para poder mapear e ver. Até a máquina que foi feito dá para a gente detectar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, até o presente momento — acho que os documentos estão aparecendo aqui —, mas até o presente momento, oficialmente, ou mesmo de maneira informal, V.Sa. não tinha conhecimento dessas denúncias?

O SR. NELSON REZENDE – Não. Tem um caso no Paraná, tem um processo aberto no Paraná. O Presidente da Comissão entrou em contato comigo para eu explicar o que tinha acontecido, mas há 8 anos atrás. Os sistemas, há 8 anos atrás, eles não tinham histórico de movimentação, de alteração. A gente está implantando isso hoje. Hoje, no Cadastro Técnico Federal, que está na Internet, a gente consegue inclusive mapear a máquina, o IP da máquina da pessoa. A gente consegue saber se a alteração foi feita dentro da rede do IBAMA, se foi feita fora



da rede do IBAMA, a hora que foi feito, o que ele fez, o que ele alterou. Aí, quando a gente tem essa necessidade de saber qual a máquina externa que alterou, a gente contacta o pessoal da Polícia Federal, que identifica, via provedor de acesso à Internet, que usuário que fez isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quer dizer que V.Sa. não tinha tomado conhecimento daquilo que foi levado ao conhecimento do Diretor Flávio Montiel, no último dia 11?

O SR. NELSON REZENDE – Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nem foi acionado internamente para explicar qualquer tipo dessas coisas?

O SR. NELSON REZENDE - A área do Montiel, de fiscalização, eles encaminham para a gente, praticamente todo o dia. Hoje mesmo a gente gerou um CD para o Ministério Público. Eles perguntam direto. A gente está emitindo relatório de auto de infração, de embargo. A gente praticamente responde à área da fiscalização do IBAMA. Quase que todo o dia chega uma demanda para poder informar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. Poderia dar uma olhada nessa documentação aí atrás?

O SR. NELSON REZENDE - Esse aí é um auto de infração? Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Auto de infração... Vamos passar tudo, não é?

O SR. NELSON REZENDE - Mas não tem no sistema, não é? Isso é só o...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mais tarde vai aparecer, depois, no sistema. Aí, já é no sistema reduzido, é isso? Aí, já aparece no sistema reduzido.

O SR. NELSON REZENDE – É, isso está registrado quem fez.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Isso está registrado quem fez?

O SR. NELSON REZENDE – Eu não sei. Com certeza, se foi no SICS..., que é..., no SISAR, que é o Sistema de Arrecadação do IBAMA, isso, com certeza, tem lá a senha de quem fez. Agora...



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – A responsabilidade de apurar isso é da sua área?

O SR. NELSON REZENDE – Geralmente é uma comissão, é um PAD, aí, contacta a gente tecnicamente para poder informar o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E até agora..., mesmo com a denúncia feita aqui na CPI, V.Sa. não tinha sido comunicado de nada disso?

O SR. NELSON REZENDE – Eu desconheço. *(Risos.)* Desculpe.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tá. Bem, só para entendimento. Aquele histórico era muito longo, assim, um pouco longo, mas, muito rapidamente, para que as pessoas aqui pudessem tomar conhecimento. Como seria o funcionamento dos sistemas hoje? Hoje, no IBAMA, como funcionam os sistemas? SIFISC, SICAP, SISPROT, SISAR, SISPROF, são todos esses sistemas, funcionam...?

O SR. NELSON REZENDE – É, eles... O SISAR, de arrecadação, o SIFISC e o Cadastro Técnico Federal, que é o CTF, que gera a taxa de controle e fiscalização ambiental, eles hoje estão na Internet, estão aqui em Brasília com a gente, integrados. O que temos hoje...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Os integrados, então, são quais?

O SR. NELSON REZENDE – O SISAR, mas é um módulo o SISAR. O modo de pagamento está aqui integrado. A gente está agora, acho que no mês que vem, a gente já está lançando a terceira geração do Sistema de Arrecadação do IBAMA integrado com a fiscalização, com o sistema de fiscalização. Todos esses sistemas rodavam com bases locais nas gerências. Por que isso? Porque, na verdade, o processo de informatização, na época, que era há 10 anos, o custo de comunicação era muito alto. Então, a gente fez opção de comprar banco de dados para cada gerência. Evidentemente, com o advento da Internet e o custo estar barateando, a gente está trazendo as bases todas para Brasília.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, só para a gente poder fechar, no meu entendimento e acho que no dos membros da Comissão sobre isso. Quem é que poderia, na realidade, em tese — não vamos falar sobre o caso concreto —, em tese, quem poderia fraudar o sistema? Quem teria acesso? Quais



seriam as pessoas no caso da multa específica? Quais as instâncias que poderiam fraudar? Primeiro, assim, em que instâncias? Na gerência executiva poderia?

O SR. NELSON REZENDE – Multa... A gerência executiva, a pessoa, com a senha, se ele passar a senha para outra pessoa, a pessoa faz.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, quem tem a responsabilidade da senha? É o gerente executivo, na gerência executiva?

O SR. NELSON REZENDE – Não, para reduzir multa, só pode reduzir multa o gerente executivo.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só o gerente executivo tem essa senha?

O SR. NELSON REZENDE – É, é uma... eu acho que é uma portaria, eu não sei direito, mas é a pessoa que representa o Presidente lá.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Certo. Muito bem. Não sendo lá, não sendo o gerente executivo lá, aqui em Brasília também poderia?

O SR. NELSON REZENDE – Tem uma pessoa, lá, da arrecadação que é responsável pelo sistema. Essa pessoa poderia também, só que estaria, lá, o nome dela, registrado que ela fez.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tá. Então, nesse caso, agora, voltando a esse caso específico. É possível se saber quem fez essa fraude?

O SR. NELSON REZENDE – É possível. Agora, o auto é o auto do outro sistema, que é o de fiscalização. E, depois que ele... Quer dizer, eu não sei direito o mecanismo. São dois sistemas que interagem automaticamente. Quando eu lanço o auto de infração, gera automaticamente um débito no sistema de arrecadação. É automático. Se ele digita, gera um débito inicial. Digitou, gera o débito.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas, aí, foi entre a multa e a digitação que saiu a...

O SR. NELSON REZENDE – Pois é, mas, depois que eu digito o auto, gera um débito automático.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sei.



O SR. NELSON REZENDE – Esse débito não retira mais.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não, mas me parece que a fraude aconteceu antes da digitação, no processo.

O SR. NELSON REZENDE – É, então, não digitou, não gera. Não digitou, não gera. Se eu não pego o auto e não digito, não tem nada no sistema. Eu tenho de digitar o auto para gerar o débito automático na arrecadação. Se eu não digito, não gero débito nenhum.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Nesse caso, aí, quem digitou é que é o responsável direto. Já está claro, então.

O SR. NELSON REZENDE – É, ou não digitou.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Tá, ou não digitou.

O SR. NELSON REZENDE – Isso é um... Tem, lá, um bolo de processo com auto para digitar. Se eu não digitar, não gera o débito automático.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E esse aí que teve o erro de 270 para 27, dá para saber quem digitou?

O SR. NELSON REZENDE – Se foi digitado no sistema, sim. É que eu não...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, ele foi digitado no sistema.

O SR. NELSON REZENDE – Foi digitado?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Foi. Pode ver ali que...

O SR. NELSON REZENDE – Dá para ver...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas...

O SR. NELSON REZENDE – Desse jeito aqui, ele está...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, não. Aí está 270. Baixe pra ver.

O SR. NELSON REZENDE – Esse garrancho aqui é um...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aí aparece a digitação. Processo...
Olha, aí está dizendo...

O SR. NELSON REZENDE – Eu teria que olhar no sistema.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Olha lá o auto: 270, em cima, ali. Depois é... É que a moça ali está sem treinamento nesse computador aí. *(Risos.)* Está embaixo. Você tem que erguer...



O SR. NELSON REZENDE – Mas eu posso ver esse lá. Dá pra ver. Se foi digitado, a gente consegue ver. Agora, a retirada... Agora, retirar o dado de um banco de dados, só pessoal muito habilitado pra poder fazer isso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. NELSON REZENDE – O *hacker* que é o pior é o interno. O pior *hacker* é o interno. *(Risos.)* É um *hacker* mesmo que vai tirar isso. Tem que conhecer muito.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Bem, esses casos, que nós também vamos passar depois, são 3 casos: Ademir Galvão, de 270 mil passou pra 27; João de Lima Alves, de 400 mil passou pra 400, e Gérson Salviano Campos, de 250 mil zerou, pelo que me disseram aqui. Evidentemente, vamos passar...

E, de minha parte, eu já estou satisfeito. Vou...

O SR. NELSON REZENDE – Posso só complementar?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Pois, não.

O SR. NELSON REZENDE – No sistema de arrecadação, você tem um relatório lá que mostra o auto original e a redução que houve nesse auto, quando é que foi feita e quem fez. Agora, esse auto tem que estar no sistema. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O Deputado Gabeira está inscrito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele está falando ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Então, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Só uma pergunta para o Nelson.

Sr. Nelson, esse sistema, agora, que tem senha, tem tudo, começou a funcionar em que época?

O SR. NELSON REZENDE – Essa interligação do Cadastro Técnico Federal foi em 2001 que a gente começou a colocar na Internet pra que, na verdade, não tivesse muito de a empresa ter que ir ao IBAMA. Então, ele faz tudo pela Internet. Ele gerava o boleto pela Internet, pagava no banco. Esse



pagamento vem via Banco do Brasil, compensação nacional, e faz a prestação de contas. A gente foi pegando esses dados da arrecadação e foi integrando isso. Essa integração ainda não está completa, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não está ainda completa?

O SR. NELSON REZENDE – Ela vai entrar agora, na verdade, porque a gente está trazendo todo o sistema de arrecadação, de fiscalização, aqui pra sede do IBAMA. Isso é um esforço que a gente vem fazendo já ao longo de uns 4 anos pra tentar centralizar isso aqui. A gente não pôde centralizar porque não tinha condições de aumentar os *links* nossos de Internet e não tínhamos condições de ter essa base centralizada aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa questão que o senhor disse agora há pouco. Eu faço o auto de infração, o cidadão faz a defesa e legalmente eu posso reduzir. E aí o senhor disse que, reduziu aqui, automaticamente vai gerar um déficit lá adiante.

O SR. NELSON REZENDE – Vai.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa integração, a partir de quando começou?

O SR. NELSON REZENDE – Essa já existe na gerência. Só não está centralizada aqui. Porque hoje os 2 sistemas funcionam nas gerências. O de fiscalização e o de arrecadação têm todo esse histórico lá. A dificuldade que nós temos é que toda vez que chega uma demanda a gente tem que trazer as bases todas pra Brasília pra fazer a consolidação e emitir algo consolidado. Então, essa dificuldade de 3, 4 anos é que... E, claro, com a questão da Internet ter baixado o custo, a gente está trazendo tudo pra cá. Mas isso, hoje... Não é o fato de estar lá na gerência que não tem. Existe isso lá, hoje. Essa integração tem mais de 5 anos. Esse histórico está no sistema. Se foi digitado, está lá. Agora, se não digitar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Com a palavra o Deputado Gabeira.



O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: o senhor disse que tem recebido muita demanda de informação sobre multa e tudo o mais. Esses casos acontecidos na Amazônia recentemente... Existe alguma comissão de sindicância que procurou o senhor internamente?

O SR. NELSON REZENDE – Ainda não. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – O senhor foi procurado pelo Ministério Público ou pela Polícia pra falar disso?

O SR. NELSON REZENDE – Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Então, não há nada especial ainda a respeito disso dentro do... Agora, existe a possibilidade de se multar, se anotar e digitar depois da negociação, para não cair um saldo lá na arrecadação. Ela é fiscalizada pelo IBAMA?

O SR. NELSON REZENDE – Esse é um procedimento da área técnica. Eu realmente não sei. Sei que tem que ser digitado logo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Sei. Mas o senhor mesmo admitiu que, se não for digitado logo, no ínterim entre a multa e a digitação, é possível haver um...

O SR. NELSON REZENDE – Existe um prazo legal, também, desse auto. Existe um prazo legal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – É. Então, sabendo dessa realidade, o IBAMA construiu alguma defesa a respeito disso? Ou não? Porque, se a multa fosse também digital, se fosse obrigatório digitar a multa, ao invés de fazer a multa escrita, já houvesse um *laptop* e pudesse digitar a multa no momento, seria mais fácil.

O SR. NELSON REZENDE – É. Temos um projeto em PDA, não é? Em computador de mão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Isso.

O SR. NELSON REZENDE – Isso tem...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas não tem ainda?

O SR. NELSON REZENDE – É. Isso já foi desenvolvido, não é? A gente comprou, na verdade, 50 *palms*. Mas estamos com uma dificuldade, porque essas



máquinas foram compradas pelo PNUD, e a gente não pode usar essas máquinas pra outro... Foram adquiridas para fazer vistoria dos zoológicos. A gente fez um sistema no IBAMA que serve pra qualquer tipo de vistoria em campo, e esse projeto do auto de infração no *palm* é um projeto que a gente já começou a desenvolver, a gente não terminou porque tem a questão de entregar a cópia para o infrator. Então, estamos vendo como é que é essa forma de entregar essa cópia: se traz isso para o IBAMA, se isso vai depois pelos Correios. E tem a questão também da homologação, não é?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Faço uma sugestão ao senhor: bote o endereço dele, e a central manda pelos Correios para ele.

O SR. NELSON REZENDE – É que o problema é que, em campo, você não consegue checar essa questão de endereço, não é? Na verdade, não sei como é que é isso no campo. Mas tem a dificuldade do preenchimento. Então, na idéia de colocar isso em um *laptop* ou num *palm* — a nossa idéia seria o *palm*, não é? —, o problema realmente é essa emissão. Tem uma instrução em que a pessoa tem que sair com a segunda via na mão dele para ele poder já, se ele quiser pagar, naquele instante, ele pode pagar. Então, é algo que tem que ser revisto lá. Não sei se é instrução normativa, mas acho que é uma instrução normativa que a pessoa tem que receber a segunda via, porque ele pode pagar naquele momento. Então, isso tem que ser revisto também. Mas solução tecnológica a gente tem, a gente já até adiantou.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Bom. Se o senhor precisar de uma solução tecnológica pode ligar para a Cannon. (*Risos.*) Bota uma pequena impressora dentro do carro, no banco de trás, o senhor tira um *print* direto.

É o seguinte: é que a gente não tem muito o que continuar. Não tem muito o que continuar. O que é interessante, depois, é fazer uma análise de como o sistema está funcionando, porque o senhor mesmo sabe que é meio difícil um *hacker* ter entrado, de fora do sistema, e diminuído uma multa só pra se divertir. Se ele tivesse feito isso, ele ia deixar alguma mensagem, mostrando que tinha se divertido.

O SR. NELSON REZENDE – É. Na próxima.



O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – É claro. Quer dizer, isso não é possível. Houve alguma alteração. E, se essa alteração não está registrada no sistema, a hipótese é que a alteração tenha sido feita entre a multa e a digitação.

O SR. NELSON REZENDE – Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Agora, se ela está registrada no sistema... Quem é o responsável por examinar a convergência do que está realmente escrito na multa e o que foi para a arrecadação? Quem faz esse *link*?

O SR. NELSON REZENDE – Tem a figura, hoje, no IBAMA da homologação do auto. O auto é lavrado, mas ele tem que ser homologado pela jurídica, para justamente acabar com aquele problema do auto mal preenchido, não é? Quer dizer, então, foi criada essa figura da homologação pela área jurídica do IBAMA, que verifica se esse auto está dentro, se o fiscal qualificou direito aquela infração, se a legislação está correta, se está bem preenchido. Então, existe essa figura hoje da homologação. Se a jurídica não homologar, esse auto não tem validade. Tem, nesse processo, essa figura da homologação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Os senhores têm alguma ajuda do SIVAM nesse processo? Por exemplo, existe alguma possibilidade de o SIVAM contribuir com isso? Ele faz alguma mediação para esse processo ou não?

O SR. NELSON REZENDE – Não. O SIVAM teve um projeto lá no IBAMA, na área de assessoramento remoto, porque o SIVAM investiu na área de assessoramento remoto. Tem um sistema novo que está saindo agora no IBAMA, que tem 6 meses, que é SISCOM — Sistema Compartilhado de Informações sobre Propriedades Rurais da Amazônia Legal, que vai estar interagindo com o IBGE, com o INPI, com o SIVAM. É um sistema compartilhado que vai trocar informações com esses órgãos. Está bem adiantado. Não sei se o Dr. Flávio Montiel citou sobre o SISCOM, mas o SISCOM é um desses sistemas que a gente acredita que vai interagir com o SIVAM, INPI, IBGE, Ministério do Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Porque, na verdade, o argumento de que a pessoa tem que receber no endereço eu acho um argumento razoável, mas o senhor sabe muito bem que no local do desmatamento não há um endereço. O que o senhor vê lá são as coordenadas do GPS. Com essas



coordenadas do GPS, que imediatamente o próprio sistema diz, se nós chegamos a um lugar e se multamos em função de um determinado desmatamento ilegal naquele lugar específico, determinado pelo GPS, imediatamente o sistema vai dizer quem é o proprietário e qual é o endereço dele.

O SR. NELSON REZENDE – É. O SISCOM prevê isso, esse sistema novo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas não vê ainda?

O SR. NELSON REZENDE – Não. Isso, ainda não. É o sistema novo. Ele tem 6 meses na casa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Gostaria de fazer algumas perguntas.

Em depoimento a esta CPI, em 14/06, o interventor do IBAMA no Estado do Mato Grosso, Dr. Elielson Ayres de Souza, disse que certa feita, um servidor, exercendo cargo em comissão, cujo contrato com o PNUD já havia expirado havia 5 meses, continuava a operar o SISMAD sem qualquer problema. É possível alguém que já não é mais servidor do IBAMA continuar operando o sistema?

O SR. NELSON REZENDE – É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Por que o sistema não suspende automaticamente a senha quando o contrato com o PNUD se encerra? Operacionalmente isso é algo difícil de se implantar?

O SR. NELSON REZENDE – A gente tem que ser comunicado que a pessoa... A gente tem esse problema não só com o PNUD. A gente tem essa dificuldade com qualquer servidor, porque não existe uma relação das pessoas que são de projeto ou de terceirizados que saem. É muito difícil isso chegar para a gente. Muito difícil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Não há um controle dos servidores, das pessoas que estão trabalhando, então? Quer dizer, tem um contrato com o PNUD e, aí, não se sabe quem são esses servidores?

O SR. NELSON REZENDE – Existe o controle, mas não é a gente que faz, da informática, esse controle se a pessoa saiu, se o contrato acabou. Não é com a gente. Eu gostaria de ter essa informação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Mas isso é complicado.

O SR. NELSON REZENDE – A pessoa está lá no escritório, terminou o contrato, acabou, eu não tenho como saber que essa pessoa terminou o contrato. Quer dizer, a área de informática aqui não sabe disso. Se não for comunicado, a gente não sabe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Mas o senhor não acha que é bastante grave...

O SR. NELSON REZENDE – Acho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - ...estar operando um sistema que é extremamente importante e de grande influência?

O SR. NELSON REZENDE – Para mim, a pessoa responsável por esse contrato tem que formalizar, tem que avisar a área administrativa do IBAMA de que aquele contrato acabou. Acho que tem uma pessoa. Ninguém trabalha no IBAMA se não tiver uma chefia imediata. Então, isso tem que se comunicado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Não há identificação? Não há identificação? A pessoa não tem um crachá de identificação? Não tem nada?

O SR. NELSON REZENDE – Não. Que eu saiba, não. Aqui, pelo menos, aqui eu não sei. Nos Estados, eu acho que tem Estados que têm, outros que não têm.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - No mesmo depoimento o Dr. Elielson afirmou que o SISMAD tem um grave defeito desde sua concepção, que permite que qualquer pessoa ingresse no sistema, faça alterações, sem que a senha fique gravada. Em suas palavras, o SISMAD é frágil, precário e permite a realização de fraudes.

V.Sa. confirma esses fatos? Quais as providências tomadas para corrigir os defeitos do SISMAD e integrá-lo, por exemplo, ao SISPROF?

O SR. NELSON REZENDE – Eu confirmo. Na verdade, em 2000 houve uma intervenção no Estado do Pará, e o Dr. Elielson também estava nesse grupo da intervenção. Um dos itens que foi levantado... Inclusive deixei uma cópia desse



relatório que foi elaborado em 2000 sobre a fragilidade do SISMAD, e, no finalzinho, da pessoa que a gente indicou da informática para fazer esse relatório, no último capítulo, ele, nas sugestões finais, pede então para acelerar o desenvolvimento e a implantação do SISPROF. Isso, em 2000. Porque o SISMAD, a pessoa estando na sala ou em rede, a pessoa realmente poderia acessar e alterar os dados do SISMAD. Isso foi o que foi levantado pelo Joseilson, que é a pessoa nossa de informática. Na época ele trabalhava na Paraíba e a gente indicou o Joseilson para participar desse grupo lá no Pará. O relatório inclusive está nesse documento que eu entreguei. Todo esse histórico. Foi um histórico sobre a área de informática na Gerência do Pará e teve um capítulo sobre o SISMAD. E a sugestão dele realmente foi o que o IBAMA acelerou, foi a conclusão do SISPROF. A saída realmente é o SISPROF.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Vou fazer agora as perguntas do Presidente Antonio Carlos Mendes Thame, que não se encontra neste momento.

“Esta CPI recebeu cópias de boletos de cobrança pagos, declarados, de Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental referentes aos 4 trimestres de 2004, quitando aquele ano, cada qual no valor de 50 reais, todos na mesma data e todos com o mesmo número de série. Assim, ao que tudo indica, sob a aparência de 4 pagamentos no mesmo valor, em verdade, trata-se de um pagamento de 50 reais repetido 4 vezes — estamos passando às mãos do senhor esse documento —, como se tivessem sido pagos a cada trimestre. O que V.Sa. teria a declarar sobre essa quitação?”

O SR. NELSON REZENDE - Essa informação é do Cadastro Técnico Federal. É uma informação declarada. A pessoa entra no *site* do IBAMA, se cadastra e ganha uma senha. Qualquer pessoa pode fazer ou qualquer empresa pode fazer. E essa ele declarou — está escrito aqui: declarados. Não foi o sistema que disse que ele pagou. Ele declarou. Se ele declarar 100 boletos, vai registrar os 100 boletos. É uma declaração. Ele declarou isso. Foi uma declaração que ele fez. Se ele declarar coisa errada, declarou coisa errada. É por isso que, quando entra no *site*, a gente cita o artigo do Código Civil, da questão dos dados, que ele



está passível de um processo por dados que ele forneceu ao sistema do Governo Federal e não são verdadeiros. Esse sistema é aberto, a pessoa entra, só que ele é avisado no primeiro acesso de que, na verdade, ele pode ser penalizado pelos dados que ele declarou. São informações declaradas. Ele declarou. Então, em relação a isso, ele declarou e não tem aqui. Ele declarou aqui que pagou e isso está em aberto. O outro item?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Igual ao Imposto de Renda.

O SR. NELSON REZENDE - Igual ao Imposto de Renda, passível de ser apurado isso, e ele ser responsabilizado por essas informações. E qual é a outra pergunta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – “Como V.Sa. explica o fato de a empresa Export Metais Nobres Ltda., com sede em Guaporé, Rio Grande do Sul, por exemplo, ter centenas de lançamentos relativos ao ano de 2001 em boletos de cobranças pagos declarados de Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental. Todos também têm o mesmo número de série?”

O SR. NELSON REZENDE - Eu não conheço esses dados, mas, se ele declarou, é a mesma situação dessa. Ele declarou. Agora, é passível de uma fiscalização do IBAMA. Esse sistema, inclusive o módulo interno, ele tem uma tarja vermelha dizendo que é uso exclusivo para funcionários do IBAMA. É uma pena que não está aqui. Tem um módulo externo que é esse em que a pessoa ou qualquer entidade pode ir lá se cadastrar como pesca amadora, como empresa de pequeno ou grande porte; e o sistema, o módulo interno, que a gente chama de SICAF, nesse sistema tem uma tarja vermelha que ele não pode utilizar os dados fora do IBAMA. Agora, é algo declarado. É igualzinho ao Imposto de Renda. Na verdade, foi para chegar perto mesmo da Receita Federal. É uma declaração. E o IBAMA, na verdade, tem que fazer a vistoria, pega esse relatório interno e vai a campo. Tudo que ele acha que não está batendo de informação, como essa informação que ele declarou, se ele declarasse 100 boletos, já era passível de ir lá para ver, para conferir por que ele lançou esses dados. Existe um convênio no IBAMA com a Receita Federal. São 27 técnicos, servidores do IBAMA, que têm permissão para entrar no cadastro da Receita Federal e conferir o CNPJ e o CPF



da empresa, ver os dados todos, para checar essas informações. Então, existem 27 pessoas habilitadas num convênio específico que vêem todas as informações da empresa e eles checam essa informação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Está certo.

“Como V.Sa. explica o fato de milhares de empresas que utilizam recursos ambientais não estarem inseridas no Cadastro Técnico Federal do IBAMA? V.Sa. sabe se o IBAMA já fez uma pesquisa acerca de quanto o Erário estaria deixando de arrecadar com a não inclusão dessas empresas no cadastro?”

O SR. NELSON REZENDE – Não. Existe um setor de cadastro no IBAMA que é responsável pelo fomento desse sistema. Mas a lei é clara: a pessoa é que tem que ir lá e se declarar. Então, se tem empresa que está fora e é obrigada, pela atividade dela, potencialmente poluidora, teria que estar no IBAMA. Mas o IBAMA tem um setor que cuida disso. Agora, essa informação eu não sei, porque não é da minha área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Uma última pergunta.

“V.Sa. poderia informar se o IBAMA possui um sistema contábil integrado e cruzado, com balancetes mensais de débito e crédito, que possa sinalizar eventuais irregularidades, bem como o montante de arrecadação?”

O SR. NELSON REZENDE – O SISARR, o Sistema de Arrecadação do IBAMA, permite isso. Tem relatórios do Sistema de Arrecadação que são apropriados na contabilidade do IBAMA, via SIAF. Tem relatórios específicos, pelas contas do Governo, que apropriam esses dados. E você tem lá um batimento do que o IBAMA arrecada, que está na conta do IBAMA, com os boletos. Isso é feito pela contabilidade e o pessoal da arrecadação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – O Deputado Hamilton Casara vai fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim, Sra. Presidenta. Muito obrigada.

Queria cumprimentar o Dr. Nelson.



Sra. Presidenta, vi o Relator, Deputado Sarney Filho, mostrando um auto de infração. Seria possível nós mostrarmos novamente esse auto de infração? *(Pausa.)*

Gostaríamos que pudéssemos dar um *zoom* no número desse auto de infração. Seria possível identificarmos o agente que fez a lavratura do auto? De qual Estado ele é? Podemos localizar o Estado em que foi lavrado? Estado do Pará. Tem como se identificar a data de recepção, Sr. Nelson, desse auto junto à área de arrecadação da Superintendência no Estado do Pará?

O SR. NELSON REZENDE - O auto é distribuído pelo Almojarifado Central do IBAMA.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu sei, mas eu me refiro ao fato de que esse auto foi lavrado em campo e foi recepcionado na Superintendência do Pará e, posteriormente, inserido no sistema, para que a Sede tomasse conhecimento dele. Correto?

O SR. NELSON REZENDE – Sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Nós teríamos como identificar a data da homologação jurídica desse auto?

O SR. NELSON REZENDE – Se ele estiver no sistema e passou pela homologação da área jurídica do Pará... Eu não sei se é em Marabá que faz isso, se é em Belém. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim, mas ou Marabá ou Belém, é possível se identificar a data de recepção desse auto?

O SR. NELSON REZENDE – Se esse auto estiver no sistema, sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Deputado Sarney.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sra. Presidenta, eu gostaria de entregar cópias de um processo parecido com esse nas mãos do nosso expositor e perguntar a ele se, exatamente baseado na sua experiência, é possível que se descubra os responsáveis pela fraude. *(Pausa.)*

O SR. NELSON REZENDE – Está difícil até de ler o que está escrito aqui.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – É verdade. Mas tem os números...

O SR. NELSON REZENDE – Eu acho que a primeira coisa que teria que ver é se esse auto é verdadeiro ou não. Porque existe uma distribuição. Os autos são feitos e distribuídos pelo Almojarifado do IBAMA para as gerências. Existe um controle, tem uma guarda: cada fiscal recebe um bloco da série tal, número tal, de tanto a tanto. Tem que ver isso. A guarda desses autos, na verdade, é a origem de tudo. É saber: o fiscal está com que bloco, que série. É como arma no IBAMA. Tem que ter um controle. Auto de infração tem que ter o mesmo controle de uma arma.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Então é possível?

O SR. NELSON REZENDE – É. Tem que descobrir se esse auto é um auto verdadeiro, se a série é uma série válida.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Caso seja?

O SR. NELSON REZENDE - E aí é acompanhar. E se ele lançou isso no SIFISC, que é o de fiscalização, gera automaticamente. Eu estou falando uma coisa, porque são 2 sistemas distintos. Eu posso muito bem dar entrada num débito sem auto na infração. No Sistema de Arrecadação eu posso dar entrada num débito sem auto, um débito qualquer sem auto entra no sistema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – Mas o inverso também é possível.

O SR. NELSON REZENDE - Qual?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA – O inverso também é possível?

O SR. NELSON REZENDE – Não! Não volta. Só entra. Se digitar o auto, gera débito inicial no sistema de arrecadação. Se eu não digitar aqui, eu posso colocar esse débito via processo e começar a cobrar sem digitar esse aqui.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O número é o mesmo do auto e do débito?

O SR. NELSON REZENDE - Não, são unidades distintas.

(Intervenção inaudível.)

O SR. NELSON REZENDE - O número é o mesmo?



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aí é.

O SR. NELSON RESENDE – Aparentemente, sim. É isso que eu estou falando. Não, não. É que eu vi um 5 aqui. Eu vi 15. E esse 6 está parecendo um 5. Mas eu acho que é 6403. A gente teria que ver isso com mais detalhe. Eu tenho que ver isso no sistema.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Está certo.

A SRA. PRESIDENTA(Deputada Thelma de Oliveira) – Algum Parlamentar ainda gostaria de fazer perguntas?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Apenas, Sra. Presidenta, quero consultar o Dr. Nelson se tem ocorrência de alguma adulteração de blocos de autos de infrações ou de furtos de auto de infrações.

O SR. NELSON RESENDE - Eu não tenho a informação. Eu sei que teve um extravio agora em Rondônia de ATPFs.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - ATPFs, na audiência anterior foi levantada.

O SR. NELSON RESENDE - Agora, de auto de infração, não. Mas o pessoal da fiscalização aqui em Brasília, da Coordenação Geral de Fiscalização, eles acompanham essa distribuição, esse retorno, eles têm esse controle.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Não tendo mais nenhum Parlamentar que queria fazer perguntas ao nosso convidado, nós gostaríamos agradecer a presença do Dr. Nelson e...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sra. Presidenta, pela ordem, lembrando que temos até 1 semana para receber esses pedidos de esclarecimentos, porque o Dr. Flávio Montiel ficou também de, já faz algum tempo, ficou de tomar as providências e mandou um informe dizendo que estava tomando as providências, mas, na realidade, a gente não sabe quais as providências que estão sendo tomadas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) – Convido Dr. Mário Lúcio Avelar a tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)



Agradecemos a presença do Dr. Mário Lúcio Avelar e vamos passar imediatamente a palavra a ele com o prazo de 20 minutos para que ele possa expor os fatos da Operação Curupira, que foi desencadeada recentemente.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Boa-tarde a todos. Parabenizo esta Comissão, na pessoa do Deputado Sarney Filho, e pretendo aqui fazer uma exposição breve, porque assim me é posto pelos procedimentos da Casa, para dizer um pouco sobre essa questão da Operação Curupira, como isso começou e qual a avaliação que nós, do Ministério Público Federal, lá no Mato Grosso, temos dessa questão da exploração madeireira na Amazônia, o processo de desmatamento, a ocupação daquela região, da forma que vem se processando nos últimos anos.

Há questão de 1 ano, quando eu fui removido para Cuiabá, fui designado para trabalhar na área indígena da Procuradoria da República, e uma coisa que nos chamou a atenção foi a existência, na Procuradoria, de uma quantidade enorme de procedimentos administrativos, inquéritos, procedimentos, inquéritos na Polícia Federal, para apurar a questão do furto, a apropriação de madeira de terras indígenas. E nós pudemos perceber, a partir de então, que o Estado de Mato Grosso, as unidades de conservação e as terras indígenas naquela região, sobretudo noroeste — Rondônia e Mato Grosso —, estavam sendo alvo de saques indiscriminados dos recursos florestais. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, na terra indígena Cinta Larga, do povo cinta larga, que é uma área demarcada de 2,7 milhões de hectares, nós tínhamos indicativos que apontavam para a extração anual de 300 mil metros cúbicos de madeira.

Nesse processo, em que a gente começou a tomar pé da situação, a observar a gravidade dos fatos, a imprensa nacional divulgando os elevados índices de desmatamento do Mato Grosso que se agravaram nesses últimos anos, na Amazônia como um todo, nós estabelecemos uma relação com o IBAMA, especialmente através da pessoa do Dr. Sebastião Azevedo, pessoa da mais alta integridade, para que nós pudéssemos deslanchar um trabalho conjunto, coordenado, entre o Ministério Público Federal e o IBAMA.



Então, naquela ocasião existiu um trabalho que foi iniciado em Belém, um trabalho que teve prossecução no Estado de Mato Grosso, que era o seguinte: era um levantamento das ATPFs que existiam naquele Estado. Um levantamento, vamos dizer assim, por estimativa, em que se pode observar a existência de uma grande quantidade — a gente sabe que a TPF é a gasolina do setor florestal no País — de ATPFs adulteradas, ATPFs falsificadas, e, o que é mais grave, ATPFs em que a primeira via, confrontada com a segunda via...

Eu quero explicar um pouco isso aqui, para quem não conhece que não é do setor, que é o seguinte: o madeireiro, quando ele precisa movimentar a madeira extraída, ele vai a IBAMA e diz o seguinte: “Olha, IBAMA, eu tenho aqui 15 metros cúbicos de madeira, essa madeira é proveniente de um desmatamento autorizado pelo órgão de meio ambiente federal ou estadual, ou essa madeira é proveniente de um plano de manejo, e eu preciso fazer a movimentação dessa madeira”. O IBAMA olha para o cara e diz assim: “Tudo bem. Me dá a tua autorização de desmatamento, me mostra tua autorização para manejar a exploração florestal e eu vou ver se realmente você perfaz, atende aos requisitos legais porque você tenha esse documento, que é a TPF”. Então, o IBAMA emite esse documento e ele emite esse documento em 2 vias. A primeira via vai acompanhar a carga, da origem até seu destino final. E a segunda via, num prazo, salvo engano, de 15 dias, deve ser encaminhada ao IBAMA, para que o IBAMA, uma vez essa carga chegada, atingido o seu destino, ele junta a primeira e a segunda via e vai fazer a confrontação, para ver se de fato aquela madeira movimentada na primeira via que acompanha a carga bate com aquela declaração que é feita pelo madeireiro ou comerciante de madeira.

Então, foi feita uma auditoria para verificar a correção desse procedimento. E aí a gente começou a observar a fragilidade do sistema de controle estabelecido pelo órgão federal de meio ambiente para controlar a exploração, o comércio e o transporte dos recursos madeireiros e subprodutos florestais na Amazônia. Então, a gente começou a ver o seguinte: problemas de diversas ordens. Primeiro: uma quantidade enorme de ATPFs falsificadas. ATPFs cujo papel é verdadeiro, mas foi inserida lá uma numeração mediante um processo de lavagem química, que a



gente chama de ATPF adulterada. Uma terceira modalidade é a seguinte: a ATPF é um documento verdadeiro, foi emitido pela Casa da Moeda, mas a primeira via, ela é preenchida lá com, por exemplo, 100 metros cúbicos, 40 metros cúbicos, e na segunda via está declarado lá que ele movimentou 2 metros cúbicos.

E a gente começou a perceber que essa coisa não acontecia só no Estado do Mato Grosso. Essa coisa acontece no Estado de Rondônia, no Estado do Pará, acontece na Amazônia Legal como um todo. E a gente começou a observar também umas coisas bastante curiosas. Por exemplo, a gente tinha notícia de um furto de ATPF lá no Estado do Rio de Janeiro — ATPF furtada do IBAMA, vamos dizer, possivelmente apropriada por um servidor público —, e ora essas ATPFs do Estado do Rio de Janeiro eram descarregadas no Estado do Mato Grosso, ora essas ATPFs do Estado do Rio de Janeiro eram desovadas no Estado do Pará. ATPFs roubadas na Bahia também.

Então, a gente começava a ver o seguinte: “Olha, existe uma articulação nacional dessas pessoas para levar adiante a exploração e o comércio ilícito de madeira na Amazônia em larga escala”. E aí a gente começou a perceber o seguinte. Buscamos o auxílio da Polícia Federal — estive aqui algumas vezes na Direção Geral — e falamos: “Olha, tem uma coisa aqui que a Polícia Federal não acha que é importante, porque a questão ambiental nunca foi uma questão muito importante na Polícia Federal, mas esse negócio aqui é um negócio importante, porque esse negócio aqui é a vida que está se acabando. São as nossas comunidades indígenas que estão aí sofrendo, nossas florestas. Isso movimenta um dinheiro muito grande”. Aí o Diretor-Geral, no dia, falou assim: “Mário, é o seguinte. Este ano nós elegemos como o ano, na Polícia Federal, o Ano do Combate à Infração Ambiental, ao crime ambiental”.

A Polícia Federal entrou, nós utilizamos o sistema de inteligência da Polícia Federal. Chegou a determinados momentos em que nós tínhamos 70, 80, 90 pessoas com interceptação telefônica. A Receita Federal junto. Eu falei: “Nós temos que unir esforços para combater essa situação. Nós sozinhos não temos condições mínimas de enfrentar essa situação, que é uma situação de crime organizado, com ramificações nos diversos Estados da Federação”. E é um



negócio crônico, porque começamos a ver, por exemplo, procedimentos que estavam lá desde 1997, noticiando o seguinte: “Olha, existe ali o posto de gasolina tal, existe ali o escritório de consultoria tal, que eles vendem lá ATPFs, vendem notas fiscais, vendem o jogo.

Teve um dia que um sujeito apareceu na minha sala e falou assim: “Doutor, está aqui uma TPF e está aqui a nota fiscal dela. Quantas que o senhor quer? Quantas dessa o senhor quer? Está o kitzinho completo. Custa mil reais cada um. Se não recolher o imposto é mil; se recolher o imposto estadual, é 1 mil e 500 reais, porque aí não tem problema. Passa lá na barreira, não tem problema”. Com mil reais, se resolve também de outra forma, porque você tem um envolvimento profundo dos fiscais da Secretaria da Fazenda dos Estados nessa região. Rondônia, com absoluta certeza, e Mato Grosso, idem.

Então, essa foi a primeira fase do trabalho. A gente viu o seguinte: você tem aí em uma cadeia articulada de madeireiros; você tinha uma cadeia articulada de escritórios de consultoria florestal, que aí entra em um problema seríssimo que o IBAMA tem tido, pela sua estrutura, pela sua forma de organização, enfim, deficiências, corrupção, provavelmente. Uma deficiência enorme, com toda a certeza, na ponta, é a corrupção. Corrupção na ponta, na Gerência Executiva, é um horror, que é a questão dos escritórios de consultoria e das empresas especializadas na reposição florestal.

E há um outro gargalo horroroso que existe em nosso País. É a questão da reposição florestal. Toda aquela pessoa jurídica que consome produtos florestais, ela tem que pagar uma taxa de reposição ou então ela tem que se associar a uma reflorestadora, para que essa reflorestadora monte aquilo que eles chamam de fomento florestal.

Então, que a gente começou a perceber? Você tinha um madeireiro, você tinha as empresas de consultoria, de planejamento florestal, as empresas de reposição, você tinha lá uma gama de pessoas que auxiliavam o desempenho dessas tarefas da consultoria, que a gente chama de despachante — são aquelas pessoas que fazem a ligação entre o madeireiro lá na ponta, o escritório de consultoria, que vai emprestar, simular uma aparência de legalidade naquele



projeto, seja num plano de manejo, seja num plano de exploração florestal, seja num plano de reposição florestal, vai simular uma aparência de legalidade naquilo, uma aparência de tecnicidade naquele procedimento. E você tinha, na outra ponta, os servidores do IBAMA envolvidos em procedimentos, a corrupção absoluta.

E a gente começava a ver. Por exemplo, eu fui lá na Linha Verde do IBAMA e pude perceber que aquelas denúncias eram denúncias antigas dentro do IBAMA, denúncias que vinham desde 96, 97, 98. No caso, por exemplo, do Gerente Executivo do IBAMA em Cuiabá, Mato Grosso, o substituto, que é um agente da Polícia Rodoviária Federal que está lá dentro do IBAMA há 6, 7, 8 anos, a pessoa que, vamos dizer assim, liderava o processo de achaque e de formação de caixa, de *(ininteligível)* de caixa dentro do IBAMA, está no IBAMA há 6,7, 8 anos, e com denúncias, notícias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Como é o nome dele?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Qual é o nome dele? *(Pausa.)* Eu me esqueci. Daqui um pouquinho eu me lembro e lhe passo o nome dele. Marcos Pinto Gomes. Mas havia denúncias também de 2 anos contra o Gerente Executivo do IBAMA no Estado, o Sr. Hugo Werle, que era o chefe dele, e outros servidores.

Aí, com o andar da carruagem, a gente começou a perceber uma coisa. Um dia a gente bateu lá no documento e tinha lá tudo aquilo que a gente intuía, que era o seguinte: eles permearam o Sistema de Controle de Produtos Florestais na Amazônia com centenas de empresas de papel, empresas de pasta, empresas-fantasmas. Então tinha uma empresa lá que estava desativada há 10 anos, eles resgatavam aquela empresa e começavam a operar aquela empresa. Em Cuiabá, sempre os mesmos. Estão lá Edmilson Mendes, Marcos Pontes Xavier, Fulano, Cicrano, Beltrano, controlam 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90 empresas.

Aí, um dia, chega um servidor do IBAMA que estava na força-tarefa e traz um relatório dizendo o seguinte: “Olha, esses ATPFs aqui do Estado do Mato Grosso estão desaguando no Estado de Rondônia. Ji-Paraná toda movimentada sua madeira com ATPF proveniente aqui do Estado do Mato Grosso”. Aí eu bati lá na porta do Dr. Sebastião Azevedo: “Sebastião, o negócio aqui está feio. É pior do



que aquilo que a gente imaginava. Mato Grosso se constituiu na matriz das fraudes, uma fábrica, uma usina de papel de ATPF para abastecer o mercado de Rondônia, para abastecer o mercado do Pará”. Eu falei: “Olha, precisamos mexer nisso aqui”. Ele imediatamente foi lá no Presidente, pediu que se “portariasse”, se estendesse a atividade do grupo de trabalho para o Estado do Pará. Então, tem números aqui que são, assim, absolutamente impressionantes, porque a gente sempre trabalha com insuficiência — falta pessoal, falta gente, a Polícia Federal você tem que estar implorando: “Ô, gente, vamos trabalhar! Isso aqui é importante! Precisamos mobilizar pessoas para fazer isso!” E no IBAMA, idem.

Pois bem, aí, um dia, baixam lá 2 pessoas da Comissão de Correição e de Apuração do IBAMA. Teve uma época que já se queria encerrar o trabalho. Falei: “Não, precisamos descer, precisamos ir ao fundo do poço nesse negócio”. “Ah, mas estão roubando, estão extraindo madeira da floresta.” Falei: “Olha, isso aqui tem 20 anos só. Esse esquema tem 20 anos que existe. Nós precisamos descer nas entranhas disso aí”. E aí vai, senta a Polícia Federal, senta o IBAMA, e tal, aquela coisa, a gente sabe que trabalhar em equipe são instituições, culturas diferentes, prioridades, objetivos às vezes que nem sempre são coincidentes...

Pois bem, foram a Santarém. Ficaram 1 semana lá. Com 1 semana, eles trouxeram pacotes e pacotes de ATPFs. Pegaram 50 empresas do Mato Grosso vendendo para 200 empresas no Estado do Pará, naquele corredor da 163. Empresas-fantasmas do Mato Grosso, que vendiam para empresas do Pará; empresa “a” vende para empresa “b”, que vende para empresa “c”, gerando créditos fictícios, até chegar no Porto de Santarém e permitir o embarque da carga da madeira ilicitamente extraída.

Aí eu falei: “Então está na hora de a gente entrar agora no Pará com força. Precisamos entrar em Rondônia e precisamos entrar no Pará, com força. Precisamos ver quem são os representantes dessas empresas, os beneficiários dessas empresas e porque o sistema de controle do IBAMA sistematicamente vem falhando em detectar essas falhas, ou quando detecta não é capaz de corrigir essas falhas”. Por exemplo, no caso do Mato Grosso, nós tínhamos lá um esquema que é o seguinte: a carga, a madeira, chegava lá em Paranaguá; a



ATPF, a primeira via voltava para fazer o confronto da primeira via com a segunda via e ver se a contabilidade fechava e dava baixa no sistema, para abater o crédito daquela madeira. E o servidor do IBAMA que operava lá o sistema, a DIREF, o SISMADE, simplesmente rasgava aquela ATPF, para que o confronto não pudesse ser feito. Alfredo Hiroshi é o nome desse servidor do IBAMA. Hiroshi, Alfredo Hiroshi, uma coisa assim. Isso, em Cuiabá. Chega em Porto Paranaguá, a ATPF é remetida de lá para o confronto, rasga para não... Isso é coisa comum.

Aí tem uma coisa: um dia, o CIMI apareceu lá na minha sala, e disse: "Dr. Mário, estão acabando com aquilo que resta do índio mynky, lá na região de Comodoro. Madeireira. Estão na pior." Aí, a Comissão vai lá, passa uma semana em Brasnorte, que é a região do IBAMA, tem uma sede do IBAMA. O SISMADE era operado, que é o Sistema de Controle de Monitoramento de Produto Florestal, aquele que gera crédito e que teoricamente teria que fazer o controle, é controlado por um servidor da Prefeitura pago pela associação local dos madeireiros. Em Brasnorte.

Aripuanã, um dia eu descii naquela cidade e falei: "Inês" — ela está ali. É a indígenista que foi me mostrar o problema dos cinto larga, que estão lá morrendo de desnutrição e andando de Toyota, com dinheiro proveniente da madeira e, mais recentemente, do diamante. Quarenta, 50 madeireiras com pátios abarrotados. A madeira toda extraída da terra indígena e papel funcionando, legalizando essa madeira extraída continuamente. Faziam o caixa. Isso gerava muito dinheiro. E esse caixa era repartido na cidade de Cuiabá.

E dizem até que esse dinheiro vinha para Brasília, não sei o que era feito, a gente não conseguiu chegar nisso. A quebra do sigilo bancário está saindo agora. E a gente sabe que sigilo bancário, a gente vê aqui: "Ah! Eu abri meu sigilo bancário". Essas coisas não são assim. Bandido não põe dinheiro na sua conta, nem na da mulher, desde a época do esquema do PC ninguém faz mais isso.

Então, é o seguinte. Esse é um dos problemas. Tem um outro problema que chamou muito a atenção da gente, que é esse mapa que está aqui. A gente detectou, logo no início dos trabalhos de investigação, a existência de uma quantidade enorme de planos de manejo aprovados pelo IBAMA, aprovados pela



Gerência Executiva do IBAMA de Juína, aprovados pelo IBAMA em Sinop. Planos de manejo, por coincidência, em terras indígenas. Então, se a gente abrir esse mapa aqui, a gente vai ver que o Parque Indígena do Xingu está coalhado, retalhado de planos de manejo aprovados pelo IBAMA dentro de terra indígena. *(Pausa.)*

Cada ponto vermelho desse aqui é um plano de manejo aprovado. Quando não está no interior, está no entorno de terra indígena. Segundo levantamento que foi feito com a ajuda da DIREF, da CGFIS do IBAMA, isso aqui gera uma quantidade de 10 milhões de metros cúbicos — gerou, está gerando — de extração ilegal de madeira dentro de terra indígena e unidade de conservação. Então, de 2.500 planos de manejo, no Mato Grosso, 197 estão dentro de terra indígena e em torno de terra indígena; 960 planos de manejo, sem coordenadas geográficas. Então, o cara vai lá no SISPROF, que é o sistema que teoricamente deveria controlar plano de manejo e plano de exploração florestal, está lá, não tem coordenada geográfica. Então, quem está aqui em Brasília não tem como fazer a supervisão, o controle, o acompanhamento desse plano de manejo.

E aí a gente começava a ver o seguinte: de um lado você tem o problema das ATPFs, que é um descontrole total. Não há controle. Por exemplo, lá na cidade de Cáceres isso tudo é movimentado — a empresa madeireira vai ao IBAMA — com uma pastinha. Aí encontraram lá, jogado no meio do banheiro lá, aquele mundéu de pastinhas. Aquilo não tem controle nenhum. Nenhum!

No SISMAD, o camarada entra, insere o crédito que quer, quando insere. O SISMAD de Cuiabá não fala com o SISMAD de Juína, que não fala com o de Sinop, que não fala com o de Brasnorte, que não fala com a Aripuanã, que não fala com o de Santarém.

(Intervenção inaudível.)

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Aí é o seguinte: se a Receita Federal operasse com um sistema desse, eu não sei o que seria desse País. Voltaria à Idade da Pedra. Não tinha arrecadação. Não tinha arrecadação.

Tudo bem. Isso não foi criado agora. Isso existe desde que o IBAMA existe, mas existe. Isso tem que ser enfrentado. Acho que essa é a discussão que precisa



se estabelecer. Como vamos gerenciar isso? Porque é impossível. Você tem um fiscal do IBAMA, que mora em Aripuanã, ganha 2 mil, mil reais — não sei quanto ganha um servidor do IBAMA, sei que ganha pouco. O camarada está num lugar daquele. Ele só tem 2 opções: ou ele se corrompe, ou ele morre, ou ele sai dali. O caminho mais fácil é se corromper.

Os órgãos públicos quase sempre não cortam na carne. O corporativismo não deixa. Isso existe em todos os órgãos. Agora, como vamos controlar isso? Qual é o sistema que controla isso? A ATPF não tem como controlar. Essa é a grande discussão que tem de ser feita no País: como é que se vai controlar a questão de plano de manejo? Não tem controle!

Agora mesmo, o cerrado da Bahia, aquela região noroeste da Bahia, divisa com Tocantins, está sendo alvo de um saque, numa destruição total, para abrir frentes para o agronegócio. Tem pessoas que eu conheço que me ligam todo dia: “Dr. Mário, pelo amor de Deus, faça alguma coisa, porque o que está rolando de ATPF aqui falsa, falsificada, calçada, adulterada, do Maranhão, legalizando madeira do cerrado, que está dando lugar à soja e ao agronegócio lá no oeste baiano, é um horror”. Eu falei: “Eu não posso fazer nada. Eu estou em Mato Grosso”. Eu posso falar. Só.

Em Tocantins — eu conheço um pouco aquilo ali —, todo dia são barrados 15, 20 caminhões descendo do Estado do Pará, carregados de madeira, com ATPF falsificada. Todo dia! Trairão, não sei o quê, Marabá etc.

Então, meio ambiente no País não é uma coisa importante. Como é o orçamento do IBAMA? Como é o orçamento do Ministério do Meio Ambiente? Aí eu falei: “Não, eu vou para cima do Hummel. Vou para cima do Hummel, porque está lá dentro e isso não pode ficar assim” — que é o Diretor de Floresta. Porque todos os grandes problemas na área de gestão florestal — e não poderia ser diferente — estão na área da Diretoria de Floresta. É plano de manejo, é plano de exploração, é controle de transporte, exploração e extração de madeira, ATPF e a questão da reposição, que é uma coisa seriíssima. Se a gente sair daqui, andar 60 quilômetros e encontrar a sede da Bunge, ali em Goiás, aqui no DF, ela está lá devastando o cerrado, consumindo uma quantidade absurda de cerrado. E, se



vocês forem ver, a Bunge aqui, a Bunge no Piauí, a Cargill, a ADM e por aí afora, não tem reposição florestal. É o cerrado que está indo para o sal, em intensidade que a gente não sabe nem quantificar. Vamos lá em Minas Gerais, minha cidade, Sete Lagoas, Parque Guseiro, como funciona a siderúrgica, o gusa, de Minas Gerais? É o cerrado de Goiás, que agora não tem, vão para Tocantins, que agora não tem, estão comendo o que resta de Mato Grosso e vai por aí afora. Não tem reposição florestal. Tudo bem, tudo é culpa do Hummel? Claro que não é culpa do Hummel. É a estrutura que está aí. Tem um outro problema, que é o problema dos órgãos de meio ambiente estaduais na Amazônia brasileira, por exemplo, Mato Grosso, a FEMA é um aparelho do agronegócio no Mato Grosso. Alguém tem dúvida disso? Sabe quantos fiscais a FEMA tem para fiscalizar licenciamento de propriedades rurais? Onze fiscais. Isso mesmo, onze fiscais ou doze, não sei, dá para encher duas mãos. A lei vem sendo flagrantemente violada no Estado do Mato Grosso no que diz respeito a autorizações de desmatamento; onde é 80, a reserva legal, agora é 50, com um ato do Governo do Estado. Isso desde de mil novecentos e não sei quanto. Um balcão de negócios. Vai ter um corretivo para o IBAMA, vai; mas tem que ter uma para a FEMA também. Tem que ter um do mesmo tamanho para a FEMA. Pedimos a prisão, denunciemos, está lá, etc. e tal, balcão de negócios, um horror, patifaria. Então, é isso, não sei mais como eu poderia contribuir aqui. Tenho aqui os dados, o que eu puder fornecer, tenho uma enorme satisfação de fornecer a essa Comissão Parlamentar de Inquérito aquilo que nós apuramos. Acho que precisamos urgentemente tomar providências. Pará está aí do mesmo jeito, Rondônia, Acre. Por exemplo, o Acre hoje está despejando ATPF no Estado de Rondônia, porque tem esse negócio, quando a gente fecha a porteira, fechou Mato Grosso, Mato Grosso fechou, pelo menos por enquanto. O madeireiro de Rondônia vai se valer agora da ATPF do Estado do Acre, vão criar mecanismos para substituir aquilo que foi fechado. Então, assim, eu não vejo alternativas, a não ser se extrapolar esse trabalho do Mato Grosso para os outros Estados da Federação e se mexer de forma profunda nas estruturas do IBAMA de controle de informática, de controle SISMAD, SISPROF, SIFISC. As multas não são cobradas. Então, a gente tem relatório que está aí,



estão mostrando o seguinte: as multas vão decaindo, não cobra. Termo de Ajustamento de Conduta é a grande, hoje, modalidade de fraude. O sujeito é multado em 400 mil, ele faz um termo de ajustamento de conduta com o gerente, o dinheiro entra por um lado, e a multa reduz por outro. Parece que é 80%, 90%, 70% que pode abater. Faz-se um PRAD, é um horror, mas funciona assim.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – O que é PRAD?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. O cara degrada, ele é multado, ele chega lá e faz um plano de recuperação daquela área, a multa, que é 100 mil, cai para 10 mil. Esse plano não é executado e fica assim. É difícil falar onde que tem mais insuficiência, por exemplo, tem um banco de dados do IBAMA, que se chama SIFISC — Sistema de Controle de Auto de Infração, ou coisa assim. Aí tem uma instrução normativa que diz o seguinte: o cara infracionado que está no CADIN, não sei aonde, não pode ter plano de manejo, não pode ter madeireira. E o cara está lá. E o cara está lá. O negócio é tão grave que tem uma empresa lá que se chama SULMAP. Aí, a gente foi ver quem é a SULMAP, e ela é do Grupo SINCOL. É a maior exportadora da América Latina de portas. Tem 2.500 empregos diretos, filiais no Sul do País – Paraná, Santa Catarina, esses Estados todos. Os servidores do IBAMA fazem parte da folha de pagamento dessa empresa que é certificada como empresa certificada. Ela opera dentro de uma área que se chama Terra indígena do Rio Pardo, que é uma área que não é declarada, mas existe uma portaria que diz o seguinte: olha, aqui tem índio isolado e ninguém entra. Nem avião pode passar por cima.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual é o nome da empresa mesmo?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – SULMAP. SINCOL. Grupo SINCOL.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – SINCOL?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – SINCOL.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a empresa é SULMAP?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Do Grupo SINCOL. Ela está lá brigando contra a FUNAI para declarar a nulidade de uma portaria que interditou uma área de índio isolado. O posseiro está lá com ele, mas tentamos contactar, e é aquela



loucura. Então, tá lá o posseiro tentando contactar, os índios fugindo, correndo das frentes de expansão, da abertura de estradas, das madeireiras, dos sobrevãos e deixando aquilo para trás. Deixam lá o artesanato, deixam aquela coisa e correndo em processo permanente, constante de fuga. E a SULMAP está lá certificada, está lá dentro, legalizando a madeira mediante esse sistema de fraude que eu coloquei aqui agora. Então, era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. Agradeço a atenção do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Mendes Thame) – Agradeço as suas oportunas, lúcidas e acuradas observações, que são uma grande contribuição ao nosso trabalho.

Passo a palavra ao Relator dessa CPI, nobre Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Obrigado, Presidente. Sr. Procurador Mário Lúcio Avelar, antes de tudo, quero me congratular pela sua atuação no que diz respeito a essa questão ambiental na área do Mato Grosso. Quem dera nós tivéssemos aí mais Procuradores com sua sensibilidade e com sua coragem também. Eu sempre tenho elogiado a atuação do Ministério Público de maneira geral e em particular nas questões ambientais. Acredito que se a coisa não está boa, ela poderia estar muito pior, não fosse o Ministério Público como um grande parceiro nessa luta e, evidentemente, a modernização da legislação ambiental.

A primeira pergunta que eu faria ao Procurador é se V.Exa. tomou conhecimento do Relatório da CPI do Tráfico de Animais Silvestres e da Extração Ilegal de Madeira, que foi concluído no início de 2002?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR – Tomei conhecimento, sim, Sr. Deputado. Naquele relatório, já tinha ficado claro para nós que o sistema por ATPFs era um sistema que originava fraudes. E já havíamos também tido uma audição com técnicos do IBAMA, e o IBAMA também estava ciente, como ainda está ciente desse problema, e estava em pleno andamento a mudança, a modificação desse processo por um processo mais moderno, mais seguro, de autorização digital, através de um sistema informatizado mais confiável. Além desses, também aquela CPI recomendava que os inquéritos administrativos fossem realizados por



funcionários de outra área do órgão em que fosse feito. No caso específico, era do IBAMA, porque, conforme o próprio Dr. Mário Lúcio acabou de falar, essas questões são antigas. Muitas dessas pessoas que são funcionárias de carreira do IBAMA e que estão comprovadamente envolvidas, já tinham respondido a inquéritos administrativos antes. Muitas delas foram até absolvidas desses inquéritos.

Outro procedimento também, que era do meu conhecimento, para diminuir um pouco essa ilegalidade era a transferência de funcionários que sabidamente através de outros funcionários e tudo, as pessoas sabiam: *“Olha, esse funcionário aqui está envolvido em alguma coisa, não é confiável e tudo. Vamos transferi-lo.”* Aí, tiravam os funcionários. Mais tarde, porém, tiravam os funcionários. Mas mais tarde, até pela própria decisão da Justiça, eles voltavam. Eram obrigados a voltar. Isso tudo está lá naquele relatório, que é um relatório, que tenho absoluta certeza — e agora foi confirmado pelo Dr. Mário Lúcio — para aqueles que o leram e que seguiram as suas recomendações, foi um relatório que acho que ajudou para que chegássemos a esse ponto que estamos hoje. É lógico que não me deixa feliz que essas melhorias que vão ocorrer de procedimento tenham ganhado corpo depois de uma perda brutal de vida e de biodiversidade e de atingir biomas importantes do Brasil.

A questão dos planos de manejo também. Houve determinada época em que todos os planos de manejo foram suspensos. Foi feita uma investigação pelo IBAMA, e chegou-se à conclusão de que os planos de manejo, todos eles, em menor ou maior grau, estavam comprometidos. Havia irregularidade nesses planos de manejo. Também naquela época, nesses planos de manejo, foi feito uma espécie de congelamento do desmatamento.

E aí vai minha segunda pergunta, Dr. Mário Lúcio Avelar: o que o senhor pensa de nós, o Congresso Nacional, o Executivo, decretarmos o congelamento do desmatamento na região amazônica, até que esses procedimentos todos, zoneamento ecológico, mudanças de ATPF, enfim, até o monitoramento feito por satélite? Esta é outra questão que também vou entrar porque existia no Estado do Mato Grosso um projeto piloto de monitoramento por satélite das grandes



propriedades, através de um programa financiado inclusive pelo PPG7, que foi implementado e tinha parceria do IBAMA e do Governo do Estado Mato Grosso. Onde esse projeto foi implantado, o desmamamento diminuiu sem grandes custos. Esse projeto foi abandonado. Não se sabe, eu não sei, até não encontrei, mas vamos depois já perguntar ao Governador. No começo desta CPI já perguntamos ao Secretário atual. Fizemos um confronto entre os 2 secretários e já consta no nosso relatório, mas ainda não está definitivamente esclarecido por que foi abandonado. Tudo indica evidentemente que aquilo dificultaria muito esse tipo de coisa. Mas a pergunta que faço é esta: qual sua opinião pessoal sobre um congelamento, até que esses procedimentos todos, a questão da clarificação fundiária, o zoneamento ecológico econômico, a mudança do perfil de ATPF, o monitoramento por satélite dos planos de manejo, que é a única maneira disponibilizada para a sociedade poder acompanhar, enfim, uma série de medidas que são já urgentes que sejam postas. Qual é sua opinião abalizada sobre essa proposta que é uma proposta da SPPC e também do Partido Verde aqui no Congresso Nacional?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Quando adentrava esta sala, recebi um telefonema do Promotor do Ministério Público do Mato Grosso, no qual ele dizia o seguinte:

“Olha, o Procurador-Geral de Justiça aqui já não agüenta mais receber tanto telefone de madeireiro querendo ATPF, porque está com a madeira e precisa transportá-la.” Falei: “assim não dá, porque eu acho que é um imperativo a moratória de extração de madeira hoje no Estado do Mato Grosso. O IBAMA teve 47 servidores que foram presos, detidos e tem lá vários ainda. O órgão trabalha hoje com insuficiência de pessoal absoluta”.

O sistema de controle é essa situação difícil que eu há pouco descrevi. Não há como haver o retorno das atividades sem uma reestruturação do órgão no Estado, que aliás não é função só do órgão federal, mas também do órgão estadual, que está lá concedendo autorização para o desmate lá. Então, eu acho que precisava ser feita uma moratória na exploração, não é. Nós tínhamos que ter um tempo zero, não é, para que essas atividades fossem retomadas com o



mínimo de controle. Seguramente 90% dessas pessoas que hoje vivem da extração de madeira, elas têm de sair do mercado, não tem alternativa. A madeira é de origem ilícita. Noventa por cento da madeira da Amazônia é de origem ilícita. No Mato Grosso, é de terra indígena e de unidade de conservação, não tem mais de onde retirar. Então, ou a gente age de forma a debelar o problema ou a gente vai ficar nesse faz de conta que nós ficamos e nós estamos até hoje. Eu sou a favor da moratória da exploração de madeireira no Estado de Mato Grosso e na Amazônia Legal. Tem que haver um choque. Tem que reestruturar isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Tenho uma pergunta mais sobre a questão do Diretor Antônio Carlos Hummel. V.Sa. já se referiu na exposição a respeito do porquê, mas o Presidente do IBAMA, o Sr. Marcus Barros, em depoimento na CPI, na semana passada, fez uma ampla defesa do Diretor de Florestas, disse que ele jamais estaria envolvido em favorecimentos ilegais de madeireiros. O Diretor, segundo ele, promoveu o cancelamento recorde no número de planos de manejo para evitar possíveis fraudes. V.S^a tem a alguma coisa a acrescentar sobre isso, a comentar?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Bom, o que eu gostaria de colocar é o seguinte: nós estávamos com uma investigação com 9 meses de fluxo. Essa investigação começou no Ministério Público em parceria com o IBAMA. A Polícia Federal entrou nesse processo de investigação. Chegou a um determinado momento, a Polícia Federal virou para a gente e disse assim: *“Olha, Mário Lúcio, é o seguinte: está bom demais, vamos para a operação.”* Falei: *“olha, não está bom, não”*. “ — Não. Está bom.” “ — Não está bom, não.” Um mês antes da operação, que foi no dia 2: *“—Ah porque tem gente demais, tem muito servidor do IBAMA, aquela coisa toda, e ‘pá-pá’, tem muito despachante, tem muito procurador.”* Falei: *“Olha, temos que ir a fundo nessa questão, em Rondônia e no Pará a gente tem que entrar com força nesses 2 Estados. E precisa ser feita uma coisa, que é o seguinte: essa operação — e eu disse isso para o Dr. Sebastião mais de uma vez — não é a máfia do IBAMA, não. Isso é a máfia da madeira. Isso aqui é a máfia da madeira. Não é uma corrupção de servidores do IBAMA. Isso aqui é crime organizado. Isso aqui é o empresariado de porte na região Norte do País*



corrompendo, subornando, defraudando todo um sistema, que é precário, mas que está lá fraudando, se valendo disso, percutindo dinheiro, corrompendo. Então a gente precisa fazer o seguinte: precisamos chegar em quem são os beneficiários disso. Isso não pode morrer em servidor do IBAMA e não pode morrer em procurador de empresa”.

Então a gente estava num processo em que a gente tinha de montar o rastreamento dessa ATPF para saber o seguinte: A ATPF sai da empresa “A”, vai para a empresa “B”, para a empresa “C”? Tudo bem. Quem é o beneficiário nessa cadeia desse processo ilícito? Então é isso que eu tentei mostrar à Polícia Federal. E disse: nós precisamos ir à frente com isso. Não é? Mas a Polícia Federal, por motivos que não me cabe avaliar, disse: “*Está bom. Vamos para a operação.*” Aí, a gente monta aquele sistema, não é. Vai para o juiz, corre, não dá etc., tal e tal. Decidiram que iriam para a operação. Chegou a um ponto em que, se não fosse para a operação, acho que essa operação não ocorreria. Porque essas coisas vazam também, não é? Então é o seguinte. Eu particularmente não gosto de trabalhar com uma coisa que se chama prisão temporária no Direito. Prisão temporária é o seguinte: É aquela que a gente decreta para fins de investigação de um inquérito policial. A gente tinha acertado que ia com prisão preventiva, quando a investigação estivesse mais madura e que pudesse ser precipitada, não é? Seria precipitada com prisão preventiva, denúncia, essas coisas todas.

Como a Polícia Federal deflagrou um processo que, na nossa ótica, ainda não estava maduro, não houve outro meio de a gente levar adiante essa investigação, que não solicitar a prisão temporária de todas aquelas pessoas que nós achávamos que eram o alvo da investigação. E o Hummel com certeza era alvo da investigação. Por que ele era alvo da investigação? Porque todo esse problema de controle nas ATPF, nos planos de manejo e na repulsão florestal são provenientes de um descontrole na diretoria que ele ocupa. Então esse é o primeiro ponto base.

O segundo ponto é que a gente tinha notícias, depoimentos e informações, inclusive da própria auditoria do IBAMA, de que inúmeras vezes a Diretoria de



Florestas tinha sido alertada com relação a esses problemas. E, para complicar mais ainda, a gente tinha depoimento que o vinculava ao esquema de Rondônia. Então eu vou dizer o seguinte: Eu não acho que tomamos a decisão incorreta naquela oportunidade de solicitar a prisão temporária dele, dentro desse quadro que se estabeleceu, não é, das investigações que eu descrevi há pouco. Agora, hoje, onde estamos? Eu digo o seguinte: não posso afirmar de forma alguma que o Hummel está vinculado à quadrilha, ao crime organizado do Estado do Mato Grosso, mas posso afirmar que existe um descontrole, não vou dizer absoluto, para não ser tanto, mais intenso na diretoria que ele preside e que tem sido matriz dessas fraudes todas que estão ocorrendo no País afora. Então é isso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - V.Sa. acabou de falar ainda há pouco também sobre a questão do Pará. A questão do Pará e a questão do Mato Grosso, embora não fosse essa a questão central, pelo menos pelo que eu pude deduzir, mas em ambas haviam um componente de recursos para campanha eleitoral. Pelo menos foi o que a imprensa noticiou — e isso nós precisamos esclarecer. V.S^a tem alguma convicção a esse respeito, notícias de que houve motivações políticas para intensificar essa atividade já existente? Qual a sua impressão? Isso que gostaria de saber.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Uma coisa a gente não pode deixar de pontuar. É o seguinte: essas fraudes existem a partir de um ano, dois anos? Não. Essas fraudes se estabeleceram e ocorrem em profusão há muitos anos. Disse há pouco, por exemplo, que o Gerente Executivo do IBAMA no Mato Grosso, o substituto, desde 96, 98, salvo engano, posso levantar isso com mais precisão, mas é por aí, ele é o responsável pela fiscalização da madeira no Estado do Mato Grosso pela via do órgão federal, IBAMA, com notícias de que ele sabia, tinha ciência, participava e se beneficiava dessas fraudes. Eu não tenho a menor sombra de dúvida disso.

O atual gerente executivo, ou o ex-gerente executivo do IBAMA, deve ter assumido com o novo Governo. O que de fato isso existe? Existe o seguinte: existem doações para campanha de empresas que se valiam e operavam a fraude pra campanha eleitoral. Isso está lá, é só pegar que se vai verificar. Não tem o que



ver. Posso citar até um exemplo que me chamou muito a atenção. Por exemplo, vou citar uma coisa aqui. Existe uma empresa naquela região que se chama Diagen. A Diagen foi uma empresa infracionada pelo IBAMA por extrair diamante em área indígena. Uma coisa assim, operava uma máquina caríssima, lá no limite ou no interior de terra indígena, extraindo diamante. O IBAMA foi lá e infracionou. O superintendente do IBAMA me procurou várias vezes no Estado para que eu fizesse um Termo de Ajustamento de Conduta no sentido de que aquele equipamento, que era um equipamento caro, pudesse ser retornado à empresa Diagen, que é uma empresa multinacional canadense, salvo engano, de extração de diamante. Eu disse que não. Eu não faço Termo de ajustamento de Conduta. Não gosto dessa expressão, não gosto desse negócio, porque hoje isso virou panacéia para bandidagem. E ele insistiu. Um dia a procuradora do IBAMA bateu à minha porta, uma menina muito séria, e disse o seguinte: "*Dr. Mário, está difícil.*" Eu falei: "*O que é minha filha?*" "*Não, não agüento mais aquilo. Não dou conta mais do IBAMA. Vou sair de lá, vou até para a FUNAI, que é o pior dos mundos*". Falei: "*Agüenta aí, porque isso vai mudar. Não, o que é agora?*" "*Não, é o seguinte: o gerente quer porque quer que eu dê um parecer para devolver a máquina para a Diagen, porque eu tenho que devolver a máquina.*" Eu falei assim: "*Não assina, não se acha que não pode?*" "*Não pode.*" "Então, pronto." Ele pegou esse processo debaixo do braço. Antes disso ele veio comigo hoje e disse assim: "Dr. Mário, que absurdo! Precisamos resolver isso. Adriana não me deixa resolver nada. Você está aqui também e não coopera. Nós somos parceiros."

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - O gerente do IBAMA?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - O gerente do IBAMA, Hugo Werle. Um dia ele me fala: "*Olha, fui para Brasília resolver isso lá.*" Vai para Brasília. Pois bem. Não sei que fim isso deu. Sei o seguinte: a Diagen contribuiu para campanha eleitoral. Um dia um fulano me liga lá: "*Fulano está aqui sentado, o povo da Diagen tá conversando.*" Falei: "*Tá, ele deve estar se acertando.*" E tem dinheiro para a campanha eleitoral. Oficial. Porque tem o oficial e o não oficial, Roberto Jefferson explicou bem isso no *Roda Viva*.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Só que não precisamos do Roberto Jefferson. Aqui todo mundo sabe como funciona.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Meu caro procurador. V.Sa. disse que tem recebido, agora na sua exposição, que tem recebido denúncias relativas a desmatamentos em outras regiões. Deve ter sido em Barreiras, ali na Bahia, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, aquela “fronteira”, fronteira entre aspas. E V.Sa.. disse: *“Eu não posso fazer nada, porque não é da minha área de competência legal.”* Lógico, sua área de competência é no Mato Grosso. Mas esta CPI pode. De qualquer maneira, já peço, se V.Sa. puder, que nos encaminhe ou nos aponte as pessoas que poderíamos ouvir, qualquer coisa dessa natureza, para que a gente possa esclarecer essas outras questões e até ajudar. Porque estamos dando um foco grande na Amazônia, mas na realidade aqui é extração ilegal de madeira. Então nos interessa também a questão do cerrado, muito, e nos interessa a questão da mata atlântica também. Por isso, é lógico que esta CPI poderá, em parceria com V.Sa. também ajudar nisso.

E mais do que isso. A Relatoria, mas acho que traduzindo o sentimento de todos da CPI, queremos também, evidentemente, nos colocar à disposição da consolidação e da ampliação dessas investigações. Eu sei que às vezes a parte jurídica é mais lenta do que a parte política da CPI, com funções jurídicas. Portanto, nós estamos plenamente abertos aqui às sugestões e a tomar as providências. Pessoalmente, eu não tenho a menor dúvida de que essa histórica operação muda definitivamente a trajetória da ilegalidade na Amazônia e que no futuro, com toda a certeza, a sua atuação será reconhecida como uma contribuição inestimável, para que a gente possa modificar o processo de desmatamento na Amazônia.

Na realidade, esta é minha última pergunta a fazer. Não realidade não é uma pergunta, é mais uma sugestão.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Agradeço ao senhor as considerações. Eu fico realmente muito esperançoso de que as coisas possam ter um caminho diferente. São essas considerações que faço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Gostaria, em primeiro lugar, de perguntar se o Dr. Mário vai poder disponibilizar o material que traz a esta CPI para os Deputados.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Esse material vai poder ser disponibilizado?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Eu preciso, que são originais, eu preciso que se extraiam cópias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, o Deputado Sarney já formulou algumas perguntas mais importantes. Conheço o Dr. Mário Lúcio pela imprensa, quando ele estava ainda no Pará.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - No Tocantins.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Tocantins, exatamente. Foi onde houve aquele entrevero com Jader Barbalho. Depois tivemos a oportunidade de discutir lá a questão das crianças indígenas que morreram de subnutrição, naquela audiência pública na Assembléia de Cuiabá. Ali estávamos tratando de um crime contra a humanidade. Agora, hoje, nós nos encontramos discutindo um crime contra o planeta, que também tem sua gravidade.

Acompanhando esse processo, lembro-me que o jornal *O Estado de S. Paulo* me ligou no dia em que a operação começou a se desenvolver. Eu assisti, pela televisão, ao Ministro da Justiça e à Ministra do Meio Ambiente dizendo que estavam realmente desenvolvendo essa campanha há muito tempo e que isso eles iam cortar na carne todos...Enfim, esse é o termo que usam agora. Eu, sabendo que V.Sa. estava no caso, e sabendo como é combativo e a sua posição, imediatamente disse ao *O Estado de S. Paulo*: “Olha, estão deixando de falar da importância do Ministério Público nesse processo. Vocês podem ter mencionado o Governo no conjunto e podem ter, acidentalmente, esquecido o Ministério Público.”



Mas queria fazer uma pergunta só para meu entendimento. A precipitação da operação, a decisão de realizar a operação, foi tomada antes ou depois do anúncio do desmatamento de 126 mil, 130 quilômetros quadrados na Amazônia? V.Exa. se recorda?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Uns 2 meses antes da operação, um mês e meio antes da operação, um mês a um mês e meio antes da operação. Foi depois do anúncio, com certeza. Foi uma reação ao anúncio, não tenha dúvida. Foi uma resposta que o Governo queria dar. Com certeza.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - V.Sa. sabe que no ano passado, sob o comando do Deputado José Dirceu, à época Ministro, sete Ministérios se reuniram em torno de um programa de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia. V.Sa., que está na Amazônia Legal, trabalhando inteiramente ou parcialmente com esse tema, pode dar-me notícia de como funcionou na sua área esse plano de prevenção e combate ao desmatamento?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Absoluta inoperância. Basta ir a Alta Floresta, lá é uma das bases, dizem que é a melhor base. Há 15 dias tive a notícia de que ela está operando, que estão lá tentando e tal. Tem uma coisa que me chama a atenção. Porque antes de ir ao Mato Grosso teve um dia em que eu estive numa reunião aqui, em Brasília, e eu estava naquela de ir ao Mato Grosso. *“Mário Lúcio tem uma coisa aqui que você vai cuidar lá, tal”*, que era a área Caiabi. A área Caiabi é uma área com 1 milhão, cento e poucos mil hectares, que foi declarada, reconhecida como uma terra indígena. E essa terra vem sendo objeto de intensa grilagem, intenso desmatamento promovido com a grilagem, abertura de pastagem e madeira. A madeira extraída dessa área vai para 3 cidades: Paranaíta, Alta Floresta e Apiacás. E desde essa época, há 2 anos, a gente tem estabelecido reuniões rotineiras com o IBAMA, com a CGFIS, que tem tido pessoas muito dispostas, o Marco Vidal, que foi coordenador da área, o próprio Marcelo Marquezini, que foi coordenador da área também. *“Olha, precisamos fazer uma operação na área.”* E está ali, encostadinho a Alta Floresta, que seria uma das bases do plano de desmate anunciado pelo Governo. E nada saiu do papel. Agora que viemos conseguir, 2 anos depois, uma operação na área de



enfrentamento dessa questão. Então não funciona e não saiu do papel. Isso é uma realidade, os números estão aí, não desmentem. Os fatos estão aí. São os números. Não saiu do papel.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu agradeço, Sr. Presidente. Já completou o meu quadro. Espero reencontrá-lo na Assembléia Legislativa de Cuiabá, tratando desse tema. Gostaria de ouvir o Governador do Mato Grosso. Tenho recebido material suficiente para ouvi-lo. Gostaríamos que fizéssemos uma audiência lá em Mato Grosso para a ente conversar sobre esse tema.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dr. Rosinha, na seqüência.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Mário Lúcio, antes do Sr. Hugo Werle, o Gerente Executivo era o Marcos Pinto Gomes? Quem era o gerente executivo?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Olha, eu não sei precisar para o senhor quem era o gerente executivo. Ele era o Chefe da Fiscalização, o substituto, o Marcos Pinto Gomes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Chefe da Fiscalização?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Chefe da Fiscalização. E o gerente substituto. O anterior ao Dr. Hugo não sei precisar, não sei nominar para o senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele foi gerente substituto em que período?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Olha, o que eu posso dizer ao senhor o seguinte: ele responde pela área de fiscalização do IBAMA pelo menos de 1998, 99 para cá, que é um setor vital num órgão responsável pela fiscalização, atividade de fiscalização. E ele na atual gestão ele é o substituto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O substituto do Hugo na atual gestão?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR- É. Os problemas, eu quero referenciar aqui, mais uma vez, não são da gestão do Hugo. Esses problemas são anteriores à gestão dele. Com certeza.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Por isso estou perguntando quem era o secretário executivo anterior.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Não posso afirmar pro senhor com toda a precisão, mas creio que era o Marcos Pinto Gomes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Porque é importante.

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Isso não foi criado agora. A corrupção no IBAMA Mato Grosso não nasceu de 2 anos para cá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Já existia?

O SR. MÁRIO LUCIO AVELAR - Sim, com absoluta certeza. Esse sistema funciona há pelo menos 10 anos. Esse que está aí, com essas pessoas que estão aí.

Por exemplo, você tem um sujeito lá que se chama Douglas Vasconcelos Rosa, operador lá não sei quantas empresas. Opera lá pelo Estado de Rondônia legalizando madeira, extraindo da área dos Cintas-Largas para grandes madeireiros e empresários, senhores empresários do Estado de Rondônia. Está lá operando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Esse não está preso?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Está preso. Em 2002... Tem um sujeito que se chama Eronilson Biava, com escritório, salvo engano, na região de Sinop. Em 2002 houve uma operação que se chamou Operação Gnome, em que foi preso um grande madeireiro lá da região extraindo madeira da área cinta-larga. Esse madeireiro está preso hoje. Há notícias no inquérito policial de que 146 milhões de reais em madeira foram extraídos em 2 anos por uma sociedade estabelecida para explorar madeira na terra caiabi, serra indígena na região de Aripuanã — cinta-larga. E esse escritório de consultoria operava as fraudes. Na época, foi feita busca e apreensão, a Polícia Federal esteve presente, esse camarada passou algumas horas preso. O madeireiro — Osmar Alves de Queiroz o nome dele. E o Eronilson Biava desde 2002 é citado como um grande agente, uma pessoa importante no processo de fraude, de legalização, através de escritório de consultoria, desse esquema, e ele veio cair agora. Quer dizer, então



em 2002 Eronilson Biava já atuava; esse Douglas atua desde 1997. Esse sistema existe há 10 anos no mínimo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor falou, na exposição inicial, sobre a questão da quebra do sigilo bancário, fiscal. Essa empresa Sincol Sulmap teve quebrado o seu sigilo?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Foi solicitada a quebra de sigilo bancário... Olha, eu nunca vi um negócio desse; é um horror, uma patifaria. Deve ter 700, mil pessoas, físicas e jurídicas, com sigilo quebrado. Eu nunca vi um negócio desse. Não é exagero, não. É porque é isso mesmo. A atividade madeireira na Amazônia é isso aí. Atua na ilegalidade 90% dela. É muita gente. Teve um dia em que eu mostrei isso para um amigo meu, e ele falou assim: "*quantos Arcanjos cabem aí? Cabem muitos. É muita grana. Os Municípios vivem disso no norte do Estado do Mato Grosso, na região de Rondônia.*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A referência é o Arcanjo por causa do Arcanjo?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Sim. Quantos Arcanjos existem...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Porque ele faz parte da quadrilha também?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Não, não. Era um líder do crime organizado no Mato Grosso que tinha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sim, mas ele fazia parte dessa...

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Não, não; em absoluto. O esquema dele é outro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O esquema dele é outro.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - É outro. Nada a ver.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O esquema era droga.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Não, bicho; jogo do bicho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não estavam misturados os esquemas?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Não, não tem nada a ver. Eu estou fazendo só um comparativo para dizer o seguinte: é muita gente envolvida. Nós



estamos em um processo agora que é um dilema, é um horror para fazer uma denúncia, porque você tem de pipocar várias denúncias que é gente demais, não dá para instruir um processo numa única denúncia. É muita gente. Porque é assim que funciona. Quem for funcionar de forma legal não consegue se estabelecer. Porque o custo é alto, a competição...

Veja bem: a pessoa operar num sistema de marginalidade, num sistema desse, os custos caem — e muito. Por exemplo, plano de manejo. Um plano de manejo bem trabalhado, ele dá 5, 10% de margem de lucro. Um plano de manejo fraudado, extrair madeira de terra indígena, que custo tem? É pagar a cachaça do índio, só isso — e a corrupção do IBAMA. Nenhum. Custo nenhum.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Nessa investigação, o senhor citou antes, doutor, a questão dos fiscais estaduais. Essa rede tem no IBAMA e ela tem interligação com o Governo, com o Poder Executivo Estadual?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Com certeza. Por que? Pelo seguinte: quando você vai guiar a ATPF, majoritariamente essas ATPFs são provenientes de empresas fantasmas. Então, por exemplo, quando o IBAMA do Mato Grosso emite a ATPF, e essa ATPF vai aportar, por exemplo, lá em Santarém, o que está indo para Santarém na verdade? A madeira está indo de Cuiabá para Santarém? Não — seria o mesmo que o Brasil vender petróleo pro Irã: loucura, está certo? Então, o que acontece? Eles simulam uma operação de venda de madeira; uma operação de venda de madeira é simulada. Por que? Porque essa ATPF sai de Mato Grosso e ela vai legalizar pátio de madeira de origem ilícita de Santarém.

Como é que se faz a simulação? Uma das formas de se fazer a simulação é você pegar a nota fiscal, que é emitida sob o controle da Secretaria Estadual de Fazenda, e aportar um carimbo e dizer: “*aqui transitou a madeira*”. O senhor entendeu? Não saiu madeira, saiu só documento para legalizar a madeira de origem ilícita e existente em outras cidades e em outros locais. Então, nessa participação, nesse fluxo, nessa operação simulada, servidores da Secretaria Estadual de Fazenda participam, como participam também agentes da Polícia Rodoviária Federal. O acerto com a Polícia Rodoviária Federal é intenso. Então o senhor vê que a corrupção ela não se dá só no IBAMA, ela se dá no IBAMA, ela



se dá junto à Secretaria da Receita Estadual e se dá junto à Polícia Rodoviária Federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Essas empresas fantasmas não tinham registro na Junta Comercial?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Têm registro na Junta Comercial. Por que a gente chama de empresa fantasma? Porque ela não tem sede, ela não tem servidores, funcionários, ela não tem escritório. Ela é uma empresa constituída simplesmente para movimentar a ATPF junto ao IBAMA. Por isso que a gente chama de empresa fantasma. Elas são só empresas intermediárias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ou empresas de papel, como o senhor mesmo... que ela está na Junta Comercial.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Empresa de papel é uma definição melhor, mais correta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E 10 anos registrando isso na Junta Comercial e...

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Sim, registra. E, aí, o que que acontece? Acontece um caso grave, porque o dia em que o IBAMA consegue infracionar essa empresa... Isso é importante. Porque é o seguinte: você tem estruturado no País um negócio que se chama sistema de controle, está certo? Você tem uma coisa estruturada no País que se chama sistema de controle.

O Deputado Sarney foi Ministro e sabe disso: comando e controle. Só que o sistema de comando e controle não funciona em locais onde o crime organizado opera. Não funciona. Você tem toda uma estrutura de crime organizado que inviabiliza o funcionamento do sistema de comando e controle. Vou ser mais explícito. É o seguinte: quanto essas empresas de pastas são autuadas pelo IBAMA — e são autuadas... Por exemplo: a Operação Mapinguari — foi coordenada pela CGFIS, e o Dr. Sebastião Azevedo está aqui e participou — e a operação Mapinguari é base desse trabalho nosso de investigação, que é aquele onde se fez o confronto das ATPFs, e gerou mais de 100 milhões em infração. Só que o que acontece: o IBAMA infraciona, emite um auto de infração, manda uma AR, uma correspondência para o cidadão, e essa empresa está em nome de



fantasma, não vai ser encontrada, não vai pagar nunca; é empresa em nome de laranja. Por isso é que 95% dos autos de infração, ou boa parte disso — não digo por isso, mas boa parte por isso —, que os autos de infração do IBAMA não redundam em nada. Quando essa empresa começa a ser queimada — por exemplo, Valente Madeiras —, eles a tiram do mercado e põem a outra — Consciência Extrativismo; existe uma empresa lá Consciência Extrativismo. Aí vão substituindo, e assim vai. Ou seja, o ciclo não é em momento algum interrompido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E as acusações contra o Sr. Hugo?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Olha, são as que estão aí. Ele tinha conhecimento das fraudes, não é? Tinha pleno conhecimento das fraudes, nomeou, proveu o órgão de pessoas e manteve pessoas operadoras importantes do esquema. A Polícia Federal afirma que ele se beneficiou financeiramente disso — isso é uma afirmação da Polícia Federal. Eu ainda não tenho a quebra do sigilo bancário dele para mostrar como é que foi a movimentação, mas a Polícia Federal afirma com base em declarações de renda que o patrimônio dele em 2 anos subiu assustadoramente. Há trabalhos do serviço de monitoramento de telefone e de inteligência que também apontam nesse sentido, favorecimento. Eu não tenho dúvida de que ele participava do processo. Infelizmente, porque é um professor, um doutor — uma coisa horrorosa, uma patifaria, uma pessoa numa situação dessa. Pra mim, me constrange ver um professor numa situação dessa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Durante a intervenção do IBAMA em Juína, no Mato Grosso, há uma denuncia de que houve o sumiço de 100 mil metros cúbicos de madeiras, de madeiras diversas, oriundas de terras indígenas. Isso foi confirmado, os senhor tem conhecimento?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Eu não sei exatamente o número de 100 mil, mas uma quantidade enorme de madeira que foi apreendida pelo IBAMA, pela Operação Gnomo, essa madeira foi... Aquilo que a gente chama de fidelidade de depósito, que esse é um grande problema — o Ministro Sarney sabe disso. Você autua, você não tem como transportar aquela madeira, o infrator fica como fiel depositário. Aí, pronto: é tudo o que ele queria.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ele se torna um infiel depositário.



O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Rapidamente.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Sim, muitas vezes com conivência de servidores do IBAMA, como é o caso de Juína.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Juína, no caso, onde desapareceram essas madeiras?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Sim, absoluta, corrupção total. Aliás, a investigação começou por Juína. Nós tínhamos um inquérito policial que demonstrava a apropriação de uma quantidade enorme de ATPFs do escritório por servidores do IBAMA que iam comercializar essas ATPFs naquela região. Nós começamos a investigação a partir daí. Aí a gente viu que a coisa não era Juína, a coisa era Juína, era Cuiabá, era Alta Floresta, e por aí vai embora.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado. Sra. Presidenta. Eu só vou sair um pouquinho para registrar a minha presença.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Bem, eu agradeço ao Deputado Dr. Rosinha e vou fazer algumas perguntas, e depois talvez a gente tenha de fazer as perguntas também do nosso Presidente.

Dr. Mário Lúcio, primeiro gostaria de parabenizá-lo pela sua atuação no Estado do Mato Grosso. Eu acho que o senhor falou muito bem: um dos objetivos desta CPI é exatamente buscar caminhos para que a gente possa dar sugestões até de como a gente pode estar acabando com essa situação — acabando eu acho que é um termo até bastante forte, mas minimizando, diminuindo toda essa situação que vem acontecendo na Amazônia Legal.

Mas eu queria perguntar o seguinte: apurados os resultados da operação, o senhor já tem uma idéia do total desmatado, da quantia de madeira extraída e do lucro acumulado por essas pessoas todas que atuaram nesse esquema de fraudes?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Olha, a Polícia Federal, aliás, o IBAMA, pelo grupo de correição instituído pelo PROGE, do IBAMA, Procuradoria-Geral, fez um cálculo estimativo que andou circulando nos jornais, está nos inquéritos policiais etc. É um número estimativo, os números extrapolam em muito aquilo que



foi parece que 43 mil hectares — essa é uma coisa que foi colocada. Isso é uma coisa difícil de ser quantificada, porque essa é uma tarefa que nós vamos partir para ela num segundo momento, porque a gente teria que pegar o SISMAD, que é o sistema de controle, de cada escritório do IBAMA, e apurar quantos metros cúbicos de madeira aquelas empresas fantasmas deram entrada no sistema. Então, teria que se fazer uma radiografia a partir daí, com o auxílio do IBAMA, em todos os escritórios.

Teríamos que pegar, por exemplo, Mato Grosso, teríamos que pegar a região de Santarém, teríamos que pegar a região de Itaituba, teríamos que pegar a região de Novo Progresso, Ji-Paraná, Ariquemes... Quer dizer, é um trabalho de apuração que ainda não foi feito. Tem essa estimativa aí de 43 mil hectares, mas é uma estimativa muito pequena. Para a senhora ter uma idéia, só com relação a planos de manejo no interior, em torno de Terrentino, nós temos 10 milhões de metros cúbicos de madeira lançados no SISPROF. Eu não sei precisar se são madeiras extraídas ou a extrair, ou parte extraída e parte a ser extraída, mas é um volume que dimensiona bem — vamos dizer — o dano ambiental e o estrago que se vem promovendo na Amazônia. Para se ter uma idéia, anualmente há um estimativa que da área indígena cinta-larga, no Mato Grosso e Rondônia, saem 300 mil metros cúbicos de madeira/ano. Só dessa área, só de uma área: 300 mil metros cúbicos de madeira.

Então, existe uma estimativa que, na verdade, ela é subestimada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Bem, o senhor disse que... Aliás, o senhor, não. Recentemente estive aqui prestando depoimento o interventor, o doutor do IBAMA, em Mato Grosso, o Dr. Elielson. E ele falou a respeito de uma empresa, AMAGGI, que, segundo notícias, pertence ao Governador. E ele disse que, dentro do relatório, que iria inclusive constar do relatório final, que havia possibilidade de ter a empresa AMAGGI utilizado uma ATPF para esquentar uma madeira que poderia ter sido retirado ilegalmente ou de uma reserva indígena, ou de uma área de conservação.

Então eu gostaria de saber se o senhor confirma essa informação que foi prestada a esta CPI pelo Dr. Elielson.



O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - A empresa AMAGGI é uma empresa do agronegócio. Ao lado dela temos a ADM, a Bunge, a Cargill e a Amaggi. Essas empresas caem naquele problema, que é o problema da reposição florestal. Elas são empresas que demandam uma quantidade de matéria-prima muito grande para promover secamento de grãos. Então, a afirmação dele é de toda pertinente. Esse documento... Eu cheguei a ver esse documento.

Todas essas empresas têm problemas, porque não existe a reposição florestal na forma como ela foi concebida. O que significa? Significa que essas empresas têm que se valer de terceiros para obter ATPF e legalizar certamente madeira, muitas vezes provenientes de desmatamento ilícito. Então, essa é uma possibilidade. Não só a AMAGGI, mas todas as grandes empresas consumidoras de carvão no País. Todas. Nenhuma delas resiste a uma auditoria mínima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Eu queria também perguntar ao senhor, porque o senhor falou que um dos grandes objetivos que o senhor sempre teve ao levantar toda essa luta era tentar descobrir quais eram os beneficiários na cadeia, nessa cadeia que se montou, nesse esquema que se montou. E o senhor citou aqui também que houve uma doação de recursos para campanha de um determinado candidato.

Eu gostaria, porque até o Dr. Rosinha falou que... brincou aqui com a questão do Deputado Roberto Jefferson, gostaria de saber quem foi o beneficiado e se o senhor tem esses valores, essas doações, e quais as empresas que fizeram essas doação.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Olha, esses valores constam de declaração. Eles constam de declaração que os candidatos, os partidos fazem junto à Justiça Eleitoral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Sim, mas essas empresas foram beneficiadas de alguma forma?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Olha, tenho indícios bastantes razoáveis de que o caso desse caso que citei a empresa foi beneficiada. Precisava se ver a conclusão desse procedimento, que foi esse procedimento da DIAGEM, que era a devolução de uma máquina, elaboração de um termo de ajustamento de conduta,



enfim. Então, esse caso é um forte indício de que houve um benefício, pela insistência com que o superintendente na época me procurou e procurou a Procuradoria do órgão, que inclusive já tinha — salvo engano — lançado parecer contrário à assinatura daquele termo de ajustamento de conduta. E tudo foi feito no sentido de se assinar esse termo e se promover a devolução dessa máquina para a empresa. E a empresa fez doação para a campanha eleitoral. Então, quer dizer, isso é fato. Não tem o que se discutir. É um fato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - O Governador Blairo Maggi, ele extinguiu a FEMA e agora criou uma Secretaria de Meio Ambiente.

O senhor entende que com isso vá estabelecer realmente a questão do meio ambiente como prioridade dentro do Estado? Há outras, digamos assim, informações que possibilitem que a população possa se sentir tranqüila de que a partir de agora realmente o Governador vai estabelecer o meio ambiente enquanto prioridade, uma vez que ele é um empresário do agronegócio e há denúncias, inclusive no relatório contra ele?

O senhor entende que isso vai de fato acontecer?

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Olha, Deputada, se de fato vai haver uma alteração da política ambiental no Estado do Mato Grosso, isso quem pode melhor responder é o próprio Governador. O que posso dizer é o seguinte: a posição do Ministério Público é uma posição intransigente na defesa do meio ambiente. A gente não trabalha com a perspectiva de enclausurar fulano, sicrano e falar assim: não, resolveu o problema. A nossa questão é construir uma política ambiental para o Estado do Mato Grosso, não é? E essa política precisa ser construída em 2 vertentes. Uma primeira vertente é o IBAMA. É sanear o IBAMA do ponto de vista da corrupção. Creio que isso está sendo feito com muita força. Vai ser feito.

O Ministério Público está acompanhando. E tenho certeza de que há um disposição por parte da Procuradoria-Geral do IBAMA nesse sentido, não é? Agora, o IBAMA tem problemas estruturais, que são aqueles que apontei aqui, que é a questão do sistema de controle. O Mato Grosso tem uma responsabilidade muito grande na construção de uma nova política ambiental. Eu, francamente, não



sei se foi o melhor caminho a extinção da FEMA e a criação de uma Secretaria do Meio Ambiente e a extinção de uma autarquia. Porque, normalmente, essas coisas, uma política ambiental, ela é traçada por um órgão que é da Administração Direta e executada por órgão da Administração Indireta, como é o caso do IBAMA, uma fundação, uma autarquia etc. Esse é um modelo que é um modelo que dá mais autonomia e independência pra execução, não pra normatização, pra elaboração da política, mas pra execução da política de meio ambiente. Porque a gente sabe que uma fundação, uma autarquia, ela tem uma autonomia maior do que uma secretaria para gerir recursos, para assinar convênios, para determinar, enfim, para tomar decisões. Por isso é que se cria uma autarquia, se cria uma fundação. Agora, o Governador certamente para dizer: olha, a FEMA é uma coisa tão ruim, que não queremos mais a FEMA. Queremos uma outra coisa no lugar.

Então, eu agora, estou trazendo isso aqui para perto do Governo, porque quero olhar. Isso, penso eu, por leitura que faço da situação. O que posso dizer é o seguinte: o Ministério Público vai trabalhar incisivamente para que haja uma alteração radical na política do meio ambiente no Estado. De que forma? Acho que um definidor de águas para nós é essa questão da reserva legal. Qual a lei que se vai aplicar na questão da área que eles chamam de transição? Qual é a posição do Governo em relação a isso? O Ministério Público não concorda, não aceita e não partilha da idéia de se manter 50% nessa área de transição. Não é? Nós pedimos busca e apreensão na FEMA. Nós pedimos que fosse mapeado todo o sistema de licenciamento da FEMA. E nós vamos entrar lá dentro com força. Então, é essa a posição do Ministério Público. Acho que, dessa forma, estaremos colaborando para que se construa uma nova política ambiental pelo Governo do Estado. Agora, qual é a determinação do Governo nesse sentido, essa é uma questão que tem que ser colocada pelo Governador.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - O senhor deu uma entrevista no jornal *O Globo*, em 5 de junho de 2005.

Eu queria perguntar: na questão do loteamento político, o senhor acho que isso tenha provocado não só a ineficiência do órgão, mas também a facilidade para montar esse esquema de fraudes da forma como foi montado?



O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Olha, é o seguinte: Eu vou expressar uma opinião pessoal aqui. Eu falei isso naquela entrevista. Eu tenho uma pessoa que considero muito, foi Presidente do IBAMA, e um dia ele me chamou na sala dele e disse o seguinte para mim: *“Mário Lúcio, estou deixando o IBAMA”*. Eu virei para ele: *“mas o senhor não pode fazer isso, porque não dá, tem uma parceria com a gente. Isso não é bom.”* Ele disse assim: *“É o seguinte: há um tempo atrás, eu não nomeava, não indicava, não nomeava os superintendentes do IBAMA, mas hoje não estou nomeando nem chefe de posto mais. Tudo isso é indicação política. A base do Governo diz o seguinte: eu quero o fulano para ocupa o cargo de chefe do IBAMA lá de Aripuanã”*, por exemplo. Olha, a nomeação de pessoas é o seguinte negócio, tem órgãos técnicos que têm de ser preenchidos por critérios técnicos, e não é de hoje que o IBAMA é um órgão que vem servindo ao aparelhamento político do Estado. Isso não começou agora, o aparelhamento político de partido político, melhor dizendo, isso existe, sempre existiu. Isso prejudica a execução da política ambiental no País.

O Presidente dos Estados Unidos tem, não sei, mil cargos que nomeia; no Brasil, o Presidente tem 30 mil cargos que nomeia, e via de regra o Presidente da República é refém da base aliada, da base que dá sustentação ao Governo para construir uma maioria no Parlamento. Isso foge da minha área, é uma coisa que eu nem queria entrar. Mas, com certeza, no caso de Mato Grosso, infelizmente, tivemos uma situação que não foi boa. Poderia ter sido, mas não foi boa, como no passado também não foi boa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Queria dizer ao procurador que esta é uma opinião que temos e a de grande parte dos membros da CPI, de que devemos realmente nomear em determinados órgãos o pessoal de carreira. E tivemos um exemplo muito bom disso na questão da FUNASA. O Presidente, que na época era Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro, que era José Serra, editaram um decreto em que se só nomeavam aqueles que fossem de carreira. Pergunto, porque também concordo, tem de ser de carreira em determinados órgãos exatamente para não permitir o que ocorreu em Mato Grosso. Essa é uma situação que a CPI vai estar incluindo no seu relatório final.



Concordo também que essa é uma situação que vem há muitos anos, até porque a corrupção existe há muitos anos no Brasil. Mas quero dizer também que não se pode fazer vistas grossas de que agora a situação realmente aumentou. Acredito que é dever do Governo Federal, do Governo Estadual e até dos Municípios. E aí tenho uma preocupação final. Os Prefeitos e toda a população do norte do Estado — e aí quero saber até a opinião e sugestão do senhor — estão bastante aflitos com essa situação da moratória, porque não é a primeira vez, já tinha sido proposta a moratória na questão das ATPFs, aqui também, do desmatamento, pelo interventor, Dr. Elielson Ayres de Souza. Estão muito aflitos porque os Municípios sobrevivem disso. Eles não têm outra... Têm até outras fontes de arrecadação, mas que não dão tanta sustentabilidade ao Município. Concordo com o senhor que tenhamos que dar um basta nas fraudes, ilegalidades e tudo o mais. Mas, nessa moratória, como sobreviveriam os Municípios? É o grande questionamento que nos têm feito, e para o qual neste momento o IBAMA e até mesmo a FEEMA ainda não apresentaram uma solução e uma sugestão aos Prefeitos e à população, porque também teremos muitos desempregados. Então essa é uma preocupação que temos e gostaríamos de ouvir a opinião de V.Sa.

O SR. MÁRIO LÚCIO AVELAR - Olha, creio o seguinte, noventa por cento do setor madeireiro na Amazônia não se sustenta dentro de um sistema de normalidade e legalidade operando. Não há dúvida de que grande parte dessas pessoas que vivem da extração de madeira elas vão ter que sair do mercado. Se nós formos instituir um sistema de normalidade e legalidade no exercício da atividade de exploração madeireira na Amazônia, noventa por cento delas não vão ficar. Evidentemente que outras alternativas terão que ser construídas, não é? Agora, que alternativas são essas? Agricultura, gado, manejo sustentável? Penso que estamos num momento em que temos de avançar e, para avançar, tem de haver corte, não há sombra de dúvida disso, senão vamos ter de voltar ao Estado em que estávamos, que é o exercício predatório da atividade madeireira. Tem de dar um basta, tem de dar um tempo, esta é minha opinião.

Temos de estabelecer novos paradigmas para a exploração da madeira na Região Amazônica. Agora, a grande parte desses Municípios vivem de ICMS, o



comércio se sustenta da atividade madeireira, mas não tem jeito, não tem solução. Acho que, num sistema de normalidade, vou repetir, 10% da atividade madeireira vai se manter; o resto não tem como, porque é atividade ilegal. Não tem madeira, no Mato Grosso a madeira é de origem de terra indígena, não tem como.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Antes de encerrar e passar a Presidência ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, quero dizer que já aprovamos aqui, Dr. Mauro Lúcio, um requerimento para realizar uma audiência pública em Cuiabá, que acreditamos ser de fundamental importância até para que possamos ouvir as pessoas, algumas das pessoas envolvidas nessa situação e também ouvir o Governador do Estado, que nós achamos, como disse o Deputado Fernando Gabeira, a respeito dessa situação.

Aproveito para encerrar minha participação, agradecer ao Dr. Mário Lúcio e mais um vez parabenizá-lo pelo excelente trabalho que o senhor vem realizando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Foram excelentes as perguntas feitas pelo Relator, pelos Deputados, pela Deputada Thelma de Oliveira. Não tenho mais nada a acrescentar e agradeço imensamente a sua colaboração da mais alta qualidade, que certamente será muito útil para os trabalhos desta Comissão. Muito obrigado. Convidamos na seqüência o Sr. Hugo José Scheuer Werle para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Enquanto aguardamos a chegada do terceiro depoente de hoje, submeto à consideração dos integrantes desta Comissão a apreciação de requerimentos.

Temos, em primeiro lugar, o Requerimento nº 94/05, da Sra. Deputada Thelma de Oliveira, que solicita a convocação do Sr. Rodrigo Justos de Brito, envolvido nas investigações da Operação Curupira, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos relacionados, objeto de investigação desta CPI.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o assunto, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Requerimento nº 95/05, também da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita seja convidado para esclarecer elementos acerca de fatos relacionados à operação Curupira o Sr. Nereu Pazzini, Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso. Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 96/05, também da Deputada Thelma de Oliveira, que solicita seja convidado o Sr. Nilson Leitão, Prefeito de Sinop, Estado de Mato Grosso, envolvido nas investigações da Operação Curupira.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA TELMA DE SOUZA - A redação está dizendo que ele está envolvido. Não é isso, ele não está envolvido em nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Faremos a correção.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - É para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É para trazer informações, fazer esclarecimentos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Exatamente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão, o convite ao Sr. Nilson Leitão. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 95/05, do Deputado Sarney Filho, que requer ao IBAMA cópia do processo de sindicância nº 02001.004750/2004-16.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 98/05, também do Deputado Sarney Filho, que requer ao IBAMA cópia da documentação que especifica, relativa aos anos 2003, 2004 e 2005, que são: relatórios anuais da ouvidoria, da auditoria, de fiscalização da CGFS/DIPRO, de atividades da CGREF/DIREF, relatórios de missão uso e prestação de contas das ATPFs emitidas pela Casa da Moeda e pelo American North Bank e relatórios anuais do Núcleo de Operações Aéreas/ NOA.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 99/05, do Deputado Sarney Filho, que requer sejam convocadas para prestar depoimento na condição de testemunhas as pessoas que especifica: Sr. Mário Rubens de Souza Rodrigues, Presidente do SINDIFLORESTA, Pará, Paulo Miller, madeireiro, associado ao SINDIFLORESTA, Pará; Nadja Maria Santos Guimarães, Analista Ambiental, Chefe do DITEC/IBAMA, e Carlos Renato Leal Bicelli, Analista Ambiental do IBAMA, em Altamira, Pará.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido o Sr. Hugo José Scheuer Werle a tomar assento à Mesa, e solicito que preste juramento, em atendimento ao art. 213, do Código de Processo Penal.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo a testemunha que o art. 342, do Código Penal, tipifica o crime de falso testemunho, fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha. Para este crime está cominada a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa. Passo a palavra ao Sr. Hugo José Scheuer Werle para, se desejar, fazer algum pronunciamento antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Gostaria, sim, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Sarney Filho, Deputada Thelma de Oliveira, demais Deputados presentes que eu eventualmente não tenha conseguido identificar. Quero agradecer a oportunidade que tenho agora de, pela primeira vez, me defender publicamente da série de calúnias, difamações, injúrias que foram colocadas sobre a minha pessoa. Sou uma pessoa honrada, tenho uma história de vida, e essa história de vida foi desrespeitada. Em primeiro lugar, a acusação que mais pesou sobre mim, desde a quinta-feira até pelo menos o domingo, no Fantástico, é de que eu tive enriquecimento ilícito, acusação esta falada e repetida tanto pelo Delegado Geral da Polícia Federal, que fez a investigação, Dr. Tardelli, quanto pelo Presidente do IBAMA, de forma diria até leviana, quanto pelo Elielson, interventor do IBAMA e por outras autoridades. No tempo devido estaremos resgatando isso também. Quero colocar à disposição dos senhores e das senhoras as declarações de renda e de bens meus e da minha esposa. Sr. Presidente, por favor consigne em ata, que aponto que, quando assumi o IBAMA, no dia 4 de abril, eu já tinha um patrimônio de 346 mil reais declarado na minha declaração de Imposto de Renda. Portanto, quem, em 2 anos,



como eu e minha esposa, também Professora Universitária, Doutora, temos renda líquida em torno de 160 mil reais anuais, não tiver um acréscimo de patrimônio da ordem de 70 ou 80 mil reais tem algo de errado, pois foi esse o acréscimo de patrimônio. Passamos para um patrimônio de 426 mil reais na declaração feita em abril de 2005, fechada como ano-base, em 2004, em 31 de dezembro. Isso eu gostaria de deixar claro, inclusive para a imprensa, se houver interesse sobre essa questão, elaboramos uma nota específica. Senhoras e senhores, sou formado em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Maria, e comecei meu mestrado na Universidade de São Paulo, em 1986. Acabei me formando apenas em 1991, porque precisava trabalhar, minha bolsa acabou. Trabalhei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após isso, retornei a São Paulo, onde fiz concurso público para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, emprego que desempenhei por certo tempo e no intervalo do qual fui designado como Diretor de Estudos Geográficos da Paisagem. Portanto, minhas qualificações técnicas guindaram-me a esse lugar. Posteriormente, em virtude de termos concluídos créditos de doutorado, tanto eu, quanto minha esposa — estamos juntos desde 1983, portanto, entre namoro e moradia conjunta, já se vão 21 anos — decidimos sair de São Paulo, as oportunidades eram muitas. Fortaleza, que visitamos, Salvador, Cascavel, no Paraná, e optamos por Cuiabá. Por quê? Porque era um amplo espaço de oportunidades para a gente. Além disso, senhoras e senhores, chegando lá, prestei... além de ter passado num concurso público da Universidade Federal de Mato Grosso, logo fui chamado para ser Consultor para o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai — PCBAP. Afora isso, desempenhamos diversas atividades de consultoria para órgãos, como a Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso do Sul, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso e, além disso, outras consultorias privadas que me eram permitidas serem feitas pela lei. Ao longo dessa minha trajetória — e quero acrescentar isso, é importante —, meu primeiro bem que comprei, bem móvel, foi uma geladeira, em 1986, e meu primeiro apartamento comprei, em 1989, e meu primeiro carro, em 1990, foi o único carro usado para meu uso, deslocamento urbano, que tive. Depois disso, por diversas vezes



comprei sempre carros novos. Razão pela qual, em 1995, quando fui para Cuiabá, eu já possuía um apartamento em São Paulo, que vendi apenas no ano passado, possuía um apartamento em Cuiabá, que vendi no ano passado também, e possuía dois veículos novos. Quando entrei no IBAMA, em 4 de abril de 2003, eu possuía três apartamentos — dois em Cuiabá, um em São Paulo —, dois carros novos, uma chácara e, após isso, o único bem que adquiri foi um terreno no Alphaville, no valor de 70 mil reais, que com desconto caiu para 65 mil reais. Então, essa pecha de que sou uma pessoa que enriqueci ilicitamente, falada por pessoas públicas, em algum momento vai ter de ser resgatada, Sr Presidente. Eu cheguei a Gerente do IBAMA pelas minhas qualificações técnicas. Obviamente, que sou filiado ao Partido dos Trabalhadores, e o Partido dos Trabalhadores precisava de pessoas qualificadas para ocupar os cargos. E essa foi minha atitude sempre: usar meu conhecimento técnico e meu pequeno trânsito político para conseguir fazer uma gestão razoável, o que foi muito difícil. E o resultado vocês estão vendo aqui: estou aqui, neste momento, como réu preso e é difícil uma situação dessas para quem trabalhava das 7h30min até 12h15min, 12h30min, retornava às 14h30min e voltava para a casa, para o seio da família, apenas às 20h30min, 21 horas. Essa a paga que estou tendo. É lamentável. Acho que agora que os senhores já sabem um pouco melhor quem eu sou — pai de 2 crianças, uma de 5 e outra de 3 anos, minha esposa é professora universitária, doutora também —, acho que a gente precisa entrar em algumas outras questões de aspecto principalmente relacionada à corrupção, que eu combati de forma incessante no IBAMA, e depois as questões administrativas. À frente do IBAMA, sempre denunciei e tomei todas as providências que me cabiam, que eram da minha competência, para combater a corrupção. Sempre. A melhor prova é que há uns 45, 50 dias, talvez um pouquinho mais, num telefonema meu, o produtor Farias, que é o Chefe da Polícia Federal em Cuiabá, denunciando e apresentando uma pessoa que foi levar os fatos para lá, o chefe do escritório de Rondonópolis foi preso em Campo Grande, porque estava extorquindo a um usuário, a um cidadão de Mato Grosso do Sul, uma propriedade que tinha, parece, havido um ilícito ambiental e que teria uma multa no mínimo de 800 mil a 1 milhão de reais, e



essa multa, em troca de uma diminuição para 80 mil, deveria ser paga uma propina de 30 mil reais. Esse fato foi relatado ao Dr. Farias. Se os senhores quiserem elementos é só cruzar as ligações telefônicas de uma terça-feira, que eu agora não sei precisar a data, e quinta-feira esse senhor estava preso, e até hoje, se não me engano, está preso na prisão de Rondonópolis. Em dezembro de 2003, fizemos um contato com a Polícia Federal e o Ministério Público e foi preso no Shopping Goiabeiras, com filmagem e tudo, o servidor chamado Goiabinha, Vilson Leite da Silva. Enviamos toda documentação para Brasília e, para surpresa nossa, até hoje não foi aberta nenhuma CPAD pelo IBAMA sede, porque nós não temos Procuradores lá para fazer esse tipo de atitude. Até hoje, provado e comprovado, foi mostrado para todo o Brasil e o funcionário continua lá, sequer havia sido tirado da lista dos fiscais que poderiam autuar. Foi tirado recentemente, porque fiquei sabendo e tomei uma atitude mais radical, no sentido de que tem de tirar. Em 2004, foi estourado um escritório de planejamento em Sinop, de planejamento rural, em Sinop, de um senhor chamado Bola Sete, que ao me consta também agora foi preso nessa operação, e ele fazia autorizações de desmates e queimadas irregulares, sendo que as autorizações de desmate eram tanto do IBAMA, quanto da FEEMA. Essa comunicação foi feita por mim, por Rodrigo Justus, então Diretor de Florestas da FEEMA, sob um trabalho coordenado pelo Dr. Adriano, da Polícia Federal, e esse senhor foi preso em flagrante. Ou seja, sempre, quando soubemos, tomamos todas as atitudes que nos competiam. As apreensões de madeira, desmates e queimadas irregulares, ao longo da nossa gestão, todas foram comunicadas ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à Polícia Federal, à Polícia Ambiental, quando necessário, e mais, passa de 2 mil os ofícios que mandamos para lá. Cadê essas pessoas? Não estão presas conosco agora? Cadê? As comunicações foram feitas ao Ministério Público, passam de 2 mil. Claro que 90% delas, por se tratarem de crime de competência estadual, são do Ministério Público Estadual, e talvez uns 10% do Ministério Público Federal. Por outro lado, por diversas vezes, tanto o Ministério Público Federal, quanto o Ministério Público Estadual solicitavam à gerência do IBAMA ajuda com técnicos, com assessoria, enfim, com fiscalizações e vistorias



de ilícitos detectados, e nunca deixamos de atender. Foram multadas pessoas importantes, talvez essa uma das razões pelas quais estou aqui: Dr. Nigro, dono da rede de hotéis Fazenda Mato Grosso, multa de 3 milhões de reais; Mineradora Salomão, multa de 3 milhões de reais. Essas são apenas algumas que me lembro de cor assim. Então, pessoal, eu sempre trabalhei no sentido de que a gente tivesse condições de poder fazer com que a área ambiental no Estado de Mato Grosso efetivamente fosse protegida. Eu tenho a dizer a vocês que ainda há pouco eu tentei recordar o nome, consegui com a ajuda dos senhores da Polícia Federal, Dr. Joaquim. O Dr. Joaquim, talvez, agora Superintendente da Polícia Federal de Rondônia, poderia dar um bom depoimento de como trabalhamos conjuntamente, de que semana sim, semana não, o IBAMA bancava passagens aéreas diárias, aluguel de carro, para que a Polícia Federal pudesse desempenhar suas funções. Vocês acham que quem estaria envolvido em corrupção faria isso? De forma alguma. Eu acho, e não tenho certeza, mas devo ter durante esses 2 anos de relação com a Polícia Federal — e essa coisa começou a esfriar a partir de agosto ou setembro do ano passado, quando, com certeza, passou-se a olhar o gerente com olhos de desconfiança —, devo ter de operações com a Polícia Federal, onde bancamos mais de 20 ou 30 operações. Agora, vamos entrar para um outro setor de uma coisa de dentro do IBAMA, que ainda não apareceu nessa investigação. Vamos falar da questão da modernidade no IBAMA, que não existe, é um dinossauro em relação à modernidade, e com relação à questão dos procuradores do IBAMA. Nós fizemos esforços, assim, inauditos para que a gente pudesse conseguir implantar um núcleo de geoprocessamentos no IBAMA, que chegasse, pelo menos, próximo do que a FEEMA tem, que é o órgão ambiental estadual. E conseguimos alguma coisa. Hoje em dia, pelo menos, nossos técnicos não vão mais a campo. Mas o que nós precisaríamos, na verdade, é de todo um sistema onde estariam lançados os planos de manejo florestal, as reposições florestais com as suas coordenadas geográficas claramente definidas, e nada disso existe. E não existe por quê? Não existe porque o gerente não tomou providências? Não. Não existe porque nunca houve recursos disponíveis para esse tipo de ação e de modernidade. Nós, ao longo desse tempo, conseguimos,



talvez, convencer a administração do IBAMA de que precisávamos de mais funcionários e fizemos um pedido de mais de 160 funcionários, 165 funcionários. Pelo concurso público agora, parece que vamos ser atendidos em 60, que se dividiriam para trabalhar nesses postos e no geoprocessamento e nos sistemas que deveriam ser criados. Mas em relação aos Procuradores, eu tenho uma observação especial. Em 2003, não me recordo o mês, talvez maio ou junho, teve uma reunião em Belém do Pará e eu fiz uma fala forte dizendo que haviam, por parte dos Procuradores, pareceres irregulares em processos, pareceres que facilitavam a perpetração de crimes ambientais ou a impunidade dos já ocorridos. Nessa reunião, eu tive, assim, uma espécie de... Dessa reunião participaram os chefes de fiscalização, os gerentes da Amazônia Legal e os Procuradores-Chefes. E, nessa reunião, houve, assim, uma espécie de repulsa: alguém está denunciando alguma coisa que não pode ser denunciada. Quando eu retornei a Cuiabá, os Procuradores de Mato Grosso fizeram uma nota de repúdio contra mim e mandaram aqui para o IBAMA/sede. Confirmou-se, depois, que eu estava certo. Um dos Procuradores, Russo de Maia, foi demitido a bem do serviço público, justamente pelas coisas que eu tinha denunciado. Claro! Outras e outras, até porque eu não dei detalhes, mas outros Procuradores, não só Russo de Maia, davam desconto de 90% — que a legislação permite — mediante um *spread*. Só que não exigiam o *spread*. Nós mandamos diversos processos para a PROJE do IBAMA e, até hoje, não tivemos resposta e manifestação da PROJE sobre as atitudes dos Procuradores que estão sob o comando deles. Ou seja, se eu tivesse metido a caneta debaixo da manifestação do que os Procuradores do IBAMA me aconselharam enquanto gestor, enquanto ordenador de despesas, meu ferro seria maior ainda. E talvez eu tenha até assinado alguns de forma inadvertida, até porque não sou formado em Direito. Desculpem, senhores, mas essa é a verdade. Eu pretendo ainda falar algumas coisas relacionadas às medidas administrativas. Nas medidas administrativas, que eu acho importante os senhores conhecerem para nossa defesa, de certa maneira, solicitamos recursos humanos na ordem de 165 analistas ambientais para Mato Grosso, que, naquela oportunidade, nós achávamos importante. No concurso público, dos 165, para nós ficaram definidos



60 apenas. É claro que isso se deve em relação à exigüidade, porque apenas abriram essas 610 vagas. Isso até é compreensível. Mas vejam os senhores que um diagnóstico feito por nós mostrou mais que o dobro da necessidade. Numa reunião em Ji-Paraná, em fevereiro de 2004, entre alguns dos gerentes dos Estados da Amazônia Legal, dentro os quais eu cito o gerente de Rio Branco, de Porto Velho, de Ji-Paraná, ficou decidido que o SISPROF — O SISPROF é um sistema em que são lançados os dados do IBAMA em relação aos planos de manejo, principalmente — tivesse um Módulo Geo, aquilo que já me referi anteriormente. O Módulo Geo seria a possibilidade de lançar as coordenadas geográficas. Isto foi em fevereiro e março de 2004. Até hoje não aconteceu. Da mesma maneira, na época, na reunião, ficou definido que haveria um novo SISMAD. E aí no SISMAD entramos verdadeiramente no problema que é o grande motivador dessa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com licença. O senhor tem mais 5 minutos, de acordo com o Regimento.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Pois não. Nessa reunião também ficou definida a necessidade de um novo SISMAD. Esse novo SISMAD nunca foi construído. Este ano, em fevereiro, ao retornar de férias, tomamos a iniciativa de conversar com o Diretor de Florestas e com o Dr. Sebastião, da PROGE, dizendo: nós precisamos de uma nova ferramenta de controle das ATPFs fornecidas. E aí foram descentralizados 30 mil reais, e estávamos procedendo a uma licitação pública, que infelizmente não pôde ser concluída ainda, por razões de ordem administrativa, mas que está em andamento. Então, teríamos um novo SISMAD. Esse novo SISMAD evitaria uma série de problemas, dentre os quais: que o sistema não fosse na verdade um programinha de computador em cada ponta, em Rondonópolis, em Garantã, em Alta Floresta, em Sinop, que não tem comunicação com o IBAMA de Cuiabá e muito menos com o IBAMA de Brasília; que cada usuário que utilizasse o programa pudesse lançar os dados, e ao assim fazer, ficasse registrado o horário, quem lançou e que tipo de alteração fez. Essas informações, no SISMAD atual, são uma fantasia, e todo mundo sabe disso, desde 2000. Mas nada ainda havia sido feito. Então, nós, da ponta, tomamos



muitas providências no sentido de que a gente pudesse sanar alguns problemas que a gente sabia existirem, mas que a gente até não imaginava que fossem alvo e condição para que ocorressem tantas fraudes. Então, esse novo SISMAAD ficaria pronto agora, em 20, 30 dias, e nós o estaríamos implantando. Isso permitiria também fazer o controle da reposição florestal. Uma outra questão que nós temos, relacionada com a área administrativa, também, é a falta de procuradores. Nós temos, neste momento, lotados 3 procuradores para o Estado de Mato Grosso, quando a demanda é de 14. Nós temos 3 procuradores no Estado de Mato Grosso, e a demanda é por 14. Que conseqüências tem isso? Atraso na análise dos planos de manejo florestal, atraso na análise dos projetos de reposição florestal, atraso na análise dos processos administrativos, enfim, atraso em tudo. E aí vai encrencando a máquina, vai parando tudo. Finalmente, pedimos reforma dos prédios e veículos. Depois de 2 anos, finalmente, em dezembro do ano passado, foram liberados 554 mil reais para reforma do teto, forro, rede elétrica e rede lógica do prédio sede. Por que digo “apenas depois de quase 2 anos”? Porque já tinham ido 2 relatórios mostrando claramente que chovia para dentro, nosso sistema volta e meia estava fora do ar, e a gente não conseguia fazer as coisas rodarem. Então, finalmente, conseguimos fazer. Inclusive, agora, parece que a obra está paralisada. E veículos, principalmente, porque nós precisamos de veículos para fazer nossas atuações no campo. Não temos condições de alugar veículos, porque nós não temos possibilidade localmente de proceder licitação de aluguel de veículo, mas principalmente a necessidade de veículo está diretamente ligada às vistorias e às fiscalizações. Para os senhores terem uma idéia, a DITEC de Cuiabá tem 2 veículos, 2 veículos antigos e que precisavam de reparo a cada retorno.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - E a DICO (ininteligível).

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - A Divisão de Fiscalização tem a

...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Por gentileza, para encerrar, por favor.



O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Perfeito. Para encerrar, o IBAMA tem uma série de problemas estruturais, mas eu diria que a razão principal de nós estarmos aqui hoje é de que o IBAMA nunca optou por modernidade e por uma lógica administrativa e que interligasse todos os setores. Ele opta por grandes operações, Macauã, Matinguari, Curupira, que na verdade são verdadeiros turbilhões de consumir dinheiro. Um milhão de dólares foi a Operação Curupira, fora a parte do IBAMA. Da mesma maneira, Macauã e tantas outras. Eu fico preocupado com isso, porque, se o IBAMA não caminhar para a modernidade, nós vamos continuar pisando na mesma situação que nós estamos agora. Daqui a um ano nós teremos uma Curupira 3, teremos uma Macauã 2, porque em Rondônia foi feita operação em 2003; no Pará, foi feita em 2003; em Mato Grosso, começou em 2004 e terminou em 2005. Em diversos outros Estados têm sido feitas operações desse tipo. Portanto, estamos sempre só repetindo as questões negativas do IBAMA. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Relator desta CPI, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, senhor expositor, a imprensa veiculou que o escândalo da Operação Curupira resvalou no PT, cuja campanha para Prefeito de Cuiabá, em 2004, com o candidato Alexandre César, recebeu 60 mil de empresas beneficiadas pelas fraudes. Diante desses dados, eu pergunto: em algum momento, V.Sa. foi pressionado para angariar fundos para as campanhas eleitorais do PT em Mato Grosso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Não, senhor. Em nenhum momento. Em nenhum momento eu fui pressionado a tal. Para mim, inclusive, foi uma surpresa que havia 2 empresas madeireiras que deram contribuição. Depois, eu fiquei sabendo pela imprensa que houve uma contribuição de 5 mil de uma madeireira e uma de 15 mil de outra madeireira, e a minha contribuição pessoal de 5 mil reais, que consta tanto da minha declaração de renda quanto na declaração de gastos do partido.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Que relação o IBAMA mantinha com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso? Pode responder.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Quanto tempo a gente tem para isso? É uma relação difícil. Muito difícil. Por quê? Porque havia um secretário que não queria saber da defesa do meio ambiente, e me parece que ele tinha proteção para que ele tomasse atitudes dessa maneira. Era um senhor, que parece que nem nível superior não tinha. Toda e qualquer reunião que se fazia com ele, tínhamos dificuldades de encaminhamento das questões técnicas, e por diversas vezes nós tentamos fazer trabalhos conjuntos. E nunca houve muito interesse. Deputado Sarney, nós tentamos a base de dados que foi paga com dinheiro internacional e que foi cedida pelo Ministério do Meio Ambiente, se não me engano quando V.Exa. era do Ministério, que é do povo brasileiro. Nós tentamos instalar ela no IBAMA. Ela sempre nos foi negada. Nós não tínhamos dados atualizados. Nós não tínhamos condições em algum momento de trabalhar. Quando nos foi solicitada uma vistoria na área indígena Parecis, nós tivemos muita dificuldade para saber exatamente quais eram as áreas desmatadas, quando na verdade no órgão ambiental estadual havia informações suficientes disponíveis, imagens de satélite, equipamentos cedidos pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo IBAMA. Era uma relação difícil, e nós tivemos, posso pontuar, Deputado, algumas questões bem específicas. A questão da transição. Quando nós chegamos no IBAMA, o Estado, numa situação de inércia que herdou do Governo anterior, emitia autorizações de desmate em 50% da área de transição. Esses 50% de área de transição, para o IBAMA, o IBAMA entendia como na verdade sendo floresta. Ou mais: um icótono. Icótono é uma área que, para mim, particularmente, enquanto técnico, deveria ser preservada em 100%. Nós oficiamos o órgão ambiental estadual por diversas vezes e não obtivemos sucesso nessa mudança. Foi então que o Procurador Bruno, da Gerência de Juína, a meu pedido, fez um parecer que clareou essa situação. Nós remetemos esse parecer à PROGE, e a PROGE houve por bem endossar essa manifestação desse procurador, e a partir daí nós — era em torno de meados de dezembro de 2003 —



, comunicamos que não daríamos mais nenhuma Autorização de Transporte de Produto Florestal, a famosa ATPF, para áreas de transição que tivessem averbados os 80%. E aí foi uma crise geral, porque um monte de gente já tinha desmatado, e aquela madeira toda foi queimada. Essa foi uma situação. Uma outra situação é bem mais específica e é recente. Nós fomos ao Terceiro Mundo, um programa da *TV Record*, com alcance estadual, e fomos entrevistados por 2 jornalistas. E fizeram questionamento sobre a política ambiental do Estado, e eu falei: o Estado não tem política ambiental. O Governo do Estado de Mato Grosso não tem política ambiental, e a Assembléia Legislativa não se interessa por isso. Isso foi dito publicamente, como está sendo dito agora. E na oportunidade, nós denunciemos de que havia sido assinada, no dia 6 de abril, publicada no dia 11 de abril, uma instrução normativa que retornava a averbação de reserva legal em 50% de novo para as áreas de transição, porque havia 400 processos de pedido de autorização de desmate de área de transição que estavam lá nas gavetas esperando uma nova regulamentação. Foi quando nós comunicamos ao Promotor Domingos Sávio toda essa confusão e pedimos a ele que nos propiciasse uma forma de que houvesse um recuo por parte do Governo do Estado. Nós denunciemos isso. Por coincidência, fomos informados que, no dia 29, o Secretário de Meio Ambiente foi chamado para uma audiência com o Promotor Domingos Sávio e no mesmo dia saiu uma portaria anulando a instrução normativa assinada no dia 6 e publicada no dia 11 no Diário Oficial do Estado. Não havia nenhum interesse de defesa do Meio Ambiente, por isso a nossa relação era muito difícil, Deputado.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – E nessa questão que, ao que parece, havia um conflito de interpretação de legislação, o Ministério Público Federal não interferiu nessa questão ou não foi acionado também?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Este ano, em determinado momento, essa questão foi encaminhada ao Dr. Mário Lúcio, com quem eu tive uma conversa até bastante informal, apresentei para ele esse problema, mas ele certamente já estava sabendo desse problema, até porque ele estava na mídia, ele era público. Esse debate estava acontecendo publicamente.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa. tem conhecimento — e deve ter — sobre o sistema de fiscalização georeferenciado, que foi o modelo piloto implantado no Mato Grosso e que, durante o seu processo de implantação, ele conseguiu diminuir, naquelas áreas onde foi implantado, o desmatamento. Se V.Sa. tem conhecimento desse projeto, na sua impressão, ou no seu conhecimento, por que ele foi interrompido, esse processo?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Olha, é uma confusão isso lá. Primeiro, porque terminou, parece, um contrato com uma empresa particular chamada TECNOMAPAS, e aí teve que fazer uma nova licitação. Agora, por outro lado, como é que ia continuar implementando um procedimento, que eu julguei muito correto — inclusive num determinado momento, antes da minha gestão, parece que havia parceria entre FEMA e IBAMA, em fiscalização conjunta — e que nós propusemos a fiscalização conjunta para a FEMA, e ficou um debate estéril de quem vai ficar com as multas. E nunca rolou. Na oportunidade, Deputado Sarney Filho, eu acho que deveria ter continuado sendo executado esse programa, essa proposta, mas vejo muita dificuldade em continuar com uma proposta num órgão que tem apenas 12 fiscais.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só para esclarecer: V.Sa. responsabiliza o Governo do Estado pela não continuidade desse projeto, desse programa?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Doutor, como não tinha política ambiental, qualquer coisa que servisse para não resolver o problema ambiental... e isso era uma coisa que ajudaria a diminuir o desmate irregular, teria sido importante. Como isso não interessava, eu acredito que teve razões de ordem não só administrativas, mas também políticas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Como é definida a circunscrição das gerências e escritórios do IBAMA em Mato Grosso? Atualmente é possível uma empresa sediada em uma determinada região ser controlada por um escritório de outro local?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Deputado, nós fizemos grandes esforços para que isso não acontecesse, mas, como o senhor sabe, Gerentes 2



também são gerentes. E aí nos solicitávamos pastas, deslocamentos de pastas, o meu poder era relativamente limitado sobre isso. Nós tínhamos muitas solicitações de transferências de pastas, seja de Cuiabá para Sinop, seja de Juína para Cuiabá ou de Barra do Garças para Cuiabá; por quê? Porque algumas empresa têm sede em Cuiabá ou tem o escritório de planejamento que funciona em Cuiabá. Então, ficava mais fácil para eles, mas nós evitamos toda e qualquer transferência de pasta no momento em que nós estávamos lá. E eu agora estou procurando justamente um documento em que nós estávamos, enquanto gerentes do IBAMA, com uma política agora muito mais próxima, depois da troca do gerente de Sinop, que tinha ocorrido após. Há pouco tempo, estávamos por definir uma nova territorialização das gerências. E mais do que definir uma nova territorialização das gerências, também faríamos reuniões periódicas de 2 em 2, 3 em 3 meses sobre unificação de procedimentos, Deputado. O que acontecia era que procedimento A era adotado numa gerência, procedimento B, na outra; C na outra. Por quê? Porque a questão da legislação ambiental por si só já é extremamente complexa. Por outro lado, há interpretações as mais diversas advindas de procurador A, de procurador B, de técnico A, de técnico B. Tanto é verdade que tivemos, em março, abril deste ano, uma reunião em Cuiabá, da Diretoria de Florestas, com todas as 4 gerências de Mato Grosso, justamente para unificar procedimentos no Estado do Mato Grosso. Então, a questão da movimentação de pasta. Não fizemos transferência de pastas — só fechando seu questionamento —, não fizemos transferência de pasta nenhuma. Seria assunto de pauta da nossa próxima reunião. Se o senhor quiser ver, isto é um documento que não está totalmente fechado, era a ata da nossa reunião. Infelizmente, fomos removidos do cargo anteriormente. E teríamos uma reunião agora, no dia 13. Circunscrição das gerências. O que está escrito? *“Levantou-se a questão da dificuldade de passar para outras circunscrições os dados SISMAT — entra de novo o SISMAT —, pois não há possibilidade de salvar os dados por empresas individualmente.* Então, ficou definido que São José do Rio Claro e Nova Maringá deverão voltar imediatamente para Cuiabá. Enfim, que na próxima reunião fecharíamos essa questão da circunscrição.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – V.Sa., em algum momento, ligou para o Procurador Mário Lúcio Avelar, pressionando de alguma forma para que ele pudesse liberar a emissão de ATPFs ou pudesse interferir nessa questão?

O SR. JOSÉ HUGO SCHEUER WERLE – De ATPFs? Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Não, de ATPFs não me recordo. Não foi ATPFs, propriamente...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO –... de equipamentos da mineradora, pressionando sobre a mineradora?

O SR. JOSÉ HUGO SCHEUER WERLE – Doutor, esta é uma longa história. Essa mineradora deve ser a Diagem do Brasil. Essa é uma empresa que está estabelecida no noroeste do Estado do Mato Grosso. Essa empresa foi autuada e teve sua área — não era exploração ainda — de pesquisa de garimpo, pesquisa de lavras, segundo consta nos documentos do próprio DNPM, e teve seus equipamentos e sua área embargados. Depois de muito tempo, houve uma propositura de um Termo de Ajustamento de Conduta por parte da empresa. Foram consultados alguns técnicos, inclusive o então gerente do IBAMA de Juína, Darlan, que achou por bem que sim, e também foram consultados os Procuradores do IBAMA. Aí surgiram opiniões as mais controversas, particularmente colocando-se peremptoriamente contra a Procuradora Adriana Duarte. Bom, essa situação controversa me fez — não fez a mim —, aliás, fez com que o empreendedor, o responsável pelo empreendimento, chamasse uma reunião no Ministério Público. Dessa reunião no Ministério Público participaram Dr. Mário Lúcio Avelar, eu, o Dr. Valdeir, então Procurador-Chefe, Dra. Adriana e o representante legal da empresa, se não me engano chama Verson. Nessa reunião, houve um debate, foram discutidas várias questões e em nenhum momento o Procurador Mário Lúcio aceitou a realização de um TAC. Qual é meu papel enquanto gerente pressionado pelas diferentes posições que existem? Como existe uma hierarquia e existe alguém acima de mim, da minha lavra — se os senhores quiserem cópia do processo está lá — coloquei assim: *“Em virtude das opiniões controversas, das manifestações controversas constantes neste*



processo, envio o presente à PROGE para que dirima definitivamente o que deva ser feito ou não". Após isso, o processo foi à PROGE, foi distribuído para diferentes setores. Retornou com a possibilidade de que se fizesse não o Termo de Ajustamento de Conduta, mas o Termo de Compromisso. Esse termo de compromisso, não me recordo mais os detalhes, é amparado por lei, tem uma série de legislações que permitem isso, permitiu a elaboração desse termo de compromisso, que foi paga a multa, compromisso de recuperação da área e a liberação dos equipamentos. E isso é o que foi feito. Esse termo de compromisso foi assinado agora no mês de abril ou maio, maio...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Quem assinou esse termo de compromisso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu assinei o termo de compromisso pela Gerência de Cuiabá, Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sim, quem mais?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, eu não me recordo mais. Enquanto termo de compromisso, eu não me recordo mais. Mas foram os representantes legais da Diagem, certamente, doutor.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Depois nós poderíamos requisitar esse termo de compromisso para a Comissão, o processo, todo o processo.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Mas afirmo, Deputado, que, ao que me consta, apesar de não ser procurador, me parece que não há nenhuma irregularidade dentro desse procedimento.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Durante a gestão de V.Sa. à frente da Gerência, quais foram as ações tomadas no âmbito do plano de ação para a prevenção e controle de desmatamentos na Amazônia Legal?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Foram muitas, doutor. Muitas, e algumas delas de forma individual, estóica, local, para o Estado do Mato Grosso. Às vezes até sem apoio necessário da Divisão de Proteção Ambiental do IBAMA, sede de Brasília, e muito menos de outros setores.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então, eu pediria a V.Exa., já que o nosso tempo já está escasso, em até uma semana, no prazo de uma semana, se fosse possível, mandasse resumidamente essas ações que foram feitas.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, eu posso talvez já resumir. Parece-me que o Dr. Flávio Montiel esteve nesta Comissão e parece que ele ficou de dar essa mesma resposta. E essa resposta quem escreveu fui eu. Eu mandei por *e-mail* para a secretária dele. Certamente deve estar nos autos do processo dos senhores já.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ainda não chegou. Quer dizer que a resposta do Diretor Flávio Montiel é a sua resposta?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É a minha resposta.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito bem, que fique registrado isso. Por último, V.Sa. foi acusado pelo Ministério Público Federal de participar de uma quadrilha que estaria contribuindo para o crime do desmatamento na Amazônia, fora, evidentemente, outros crimes correlatos. Essa denúncia foi acatada pela Justiça, pelo Judiciário. Há no processo que agora vamos ter acesso — e o Procurador Mário Lúcio Avelar já deixou para que tirássemos cópias —, certamente, fundamentos, aos quais eu nem a assessoria ainda tivemos acesso, que justificaram a decisão não só da denúncia do Procurador mas do acatamento pelo Juiz Federal. V.Sa. tem algo a acrescentar a isso, tem algum comentário a fazer a esse respeito. V.Sa. tomou conhecimento das acusações formais que pesam sobre V.Sa.?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputado, em primeiro lugar, ao que me consta, o Ministério Público até agora não apresentou denúncia contra a minha pessoa. O que houve foi uma prisão provisória, a meu ver, ilegal, porque não há nenhuma evidência, nenhum fato concreto sobre minha participação em qualquer tipo de atividade ilícita ou de coisa que não fosse de defesa do bem e do patrimônio público. Eu fui preso em Sinop, conduzido por avião até Cuiabá, fiquei 5 dias encarcerado, com provisória, e, no final do quinto dia, eu fui ouvido. Fui pressionado a querer admitir que eu teria enriquecido ilicitamente e apresentei documento aos senhores que mostram que eu não enriqueci ilicitamente. Fui



pressionado a dizer uma série de coisas que não são verdadeiras. Até me admiro, Deputado, que pessoas, homens públicos, como Tardelli, Delegado de Polícia, Dr. Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA, vão para a televisão e para tudo quanto é lugar dizer que eu enriqueci ilicitamente, quando há comprovação, lá na minha pasta do IBAMA, das minhas declarações de bens. É uma leviandade! É uma leviandade, Deputado. O que eu tenho a dizer ao senhor de que foi prorrogada a minha provisória e após isso surgiram algumas ligações de terceiros, não minhas — de terceiros ! —, falando de mim. Na verdade, Deputado, o que acontecia é que o povo fugia de mim como o diabo da cruz, porque não se fazia negociata, não se fazia negociação. Há várias pessoas que estão presas e que para as quais foi perguntado se em algum momento ouviram falar se eu fazia parte de algum esquema de propina ou de extorsão; todos, ao que consta, negaram, segundo informação do meu advogado que teve acesso aos depoimentos, a não ser uma pessoa que deu depoimento no dia 9 de março, um funcionário chamado Luiz Duarte, que era do funcionário do Posto de Brasnorte, e que nós trouxemos para trabalhar no Trevo do Lagarto, por rumores de que ele pudesse não se estar conduzindo bem. Por nós entendermos que nós não tínhamos elemento nenhum para abriremos qualquer tipo de sindicância, tiramos ele do Trevo do Lagarto. Em represália a isso, e pelo fato de não ter sido nomeado chefe do escritório de Brasnorte, no dia 9 de março, ele fez um depoimento, não à Polícia Federal, ao Procurador Elielson, dizendo que eu fazia parte do esquema. Doutor, quem faz parte de um esquema não tem um patrimônio de apenas 426 mil reais. Doutor, quem faz parte de um esquema não tem possibilidade nenhuma de ser inocentado por quase todos os que foram ouvidos pela Polícia Federal. Todos: empresários, funcionários, enfim, usuários do IBAMA. O que eu tenho a dizer, reafirmo, Deputado, sou uma pessoa honrada, trabalhei incessantemente para que a questão ambiental de Mato Grosso fosse respeitada e granjeei muitos inimigos por conta disso, Deputado, e poderosos inimigos, aqui em Brasília, particularmente na diretoria do IBAMA, e em Mato Grosso, porque nós denunciemos, nós acabamos com o sistema de reposição florestal fictício e organizamos esse sistema de reposição florestal fictício que havia. A Berté tem



uma floresta fictícia de em torno de 7 mil hectares, a Flora Cuiabana tem uma floresta fictícia de 3.400 árvores não plantadas, alguma coisa em torno de 2.500 hectares. Com essa farra nós acabamos, organizamos a reposição florestal na gerência de Cuiabá. E o próximo passo seria organizar a reposição florestal no resto do Estado. E isso criou problemas, Deputado. Essa é a razão, com certeza, que estou aqui, porque eu granjeei inimigos na defesa do meio ambiente, na defesa das minhas convicções do que eu acho que deve ser um bom gerente do IBAMA, que trabalhava das 7 até após meio-dia, e das 14h30min até às 8 horas da noite.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, pelo momento é só. Eu não tenho mais perguntas a acrescentar ao expositor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra a Deputada Telma de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Hugo.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Pois não.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Qual era o salário do senhor no IBAMA?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Meu salário líquido no IBAMA, atualmente, girava em torno de 3 mil reais. Eu tinha direito a um DAS IV, de 4.800 reais, 60% desse DAS era o meu direito líquido. A isso se acresça 4 mil reais, que eu ganho como professor da Universidade Federal de Mato Grosso, e a isso se acresça alguns rendimentos obtidos no primeiro momento do aluguel dos apartamentos que eu tinha. Os aluguéis eram em torno de 400, 450, 500 reais. E a isso se acresça, depois, a questão do rendimento da correção cambial no banco — quando eu vendi os apartamentos esse dinheiro foi depositado. E, só para finalizar, e também porque a gente viajava muito, então, tinha direito a diárias. E dessas diárias, com certeza, alguma coisa sempre sobrava e isso fazia parte da minha renda. Eu diria para a senhora que a minha renda, no ano passado, líquida, foi da ordem de 105 a 110 mil reais líquidos.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E o senhor fez essa doação...



O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Minha, pessoal.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sim, eu sei. Essa doação a que o senhor se referiu, foi uma doação pessoal.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Está certo. O senhor... eu queria saber o seguinte: o Dr. Elielson, quando ele esteve aqui e depois também em algumas entrevistas, ele falou a respeito dessa obra que o senhor teria colocado. Não, eu estou aqui relatando o que está na entrevista no jornal *Diário de Cuiabá*, no dia 7 de junho.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Por favor.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – *“As investigações dentro do IBAMA estão caminhando para a descoberta de outras fraudes, uma delas estampada no próprio prédio do instituto. Parte da obra de reforma do órgão que começou no dia 29 de dezembro estava sendo realizada sem licitação. E o total descoberto é de 600 mil reais em serviços de instalação do telhado e pintura.”* E aí ele diz: *“A obra começou no dia 29 de dezembro e no dia 3 de janeiro já tinha um atestado, no IBAMA, mostrando que a obra estava concluída e paga”*. O que é que o senhor... E aqui ele ainda diz que foram abertos 4 processos administrativos contra os servidores presos que eram concursados. O que o senhor tem a dizer a respeito dessa matéria, uma vez que o senhor diz que... Essa reforma foi realizada?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – A Senhora me permite dar um antecedente para que eu possa comentar. Quero deixar muito claro que sempre fomos favoráveis à investigação que foi feita pela Polícia Federal, até porque a solicitamos por diversas vezes. Solicitamos ao presidente Marcos; solicitamos à Ministra Marina Silva quando ela esteve presente no Ministério Público Estadual, em julho do ano passado e solicitamos ao Dr. Sebastião Azevedo, por diversas vezes, dizendo que se tirasse o mando de cima da questão madeireira do setor de Base Florestal de Mato Grosso se desvelaria um defunto muito feio. Isso nós dissemos. Agora, não é por que o Elielson foi lá e fez essa investigação tudo que ele fala é verdade. Ele já falou muita bobagem, ele falou muita inverdade. Ele falou



bobagens e inverdades sobre a reposição florestal, falou bobagens sobre essa questão da construção. Vamos esclarecer os fatos. Solicitamos muitas vezes recursos. Finalmente, ao terminar o ano, daquelas sobras de fim de ano vieram 554 mil reais na Fonte 1.000. A obra de 554 mil era para o teto, forro, rede elétrica e rede lógica. Esta obra está 95% concluída. No dia em que fui preso, de forma injusta, inadequada e indevida, ela estava 95% concluída e paga em apenas 80%. Talvez nem 80%, esse número me foge a cabeça. Faltam 150 mil reais. É só fazer a conta. Faltam 150 mil reais a pagar ainda. Teve 3 obras com dispensa de licitação de uma outra Fonte chamada 174, se não em engano, que era para levantar o muro do alambrado que estava despencado e caído — a senhora, que é de Cuiabá, deve ter passado lá na frente, e o IBAMA tinha a pior das aparências —; um núcleo de informática, que era a derrubada de uma parede de banheiro para colocar piso, colocar mesa, para pintar e para colocar ar condicionado, e uma reforma no meu gabinete, que também não oferecia condições adequadas de trabalho. Essas 3 pequenas obras de 13.900 foram feitas porque elas eram específicas, elas não faziam parte de um bojo de reforma global. Elas foram executadas e estão prontas lá. Foram pagas e estão prontas. E a obra grande, creio eu, vai ser outro erro do Elielson, em meio a tantos outros que o Elielson já cometeu, se ele interromper a obra e se ele não pagar o fornecedor. Porque essa obra tinha um preço justo pelo serviço que foi efetuado. Creio que está 95% conclusa e 80% apenas pago. É isso.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Então, o senhor afirma que o Sr. Elielson, se enganou, faltou com a verdade com relação a essa questão?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – A essa questão que pagamos a obra de 554 mil reais e ela não estava conclusa, afirmou com todas as letras, como em tantas coisas ele se enganou, tantas coisas. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Sr. Hugo, eu estou ficando, assim, bastante confusa. Porque todos os que vieram aqui afirmaram categoricamente a respeito do enriquecimento ilícito do senhor. Todos. E o Senhor é o único que está dizendo que todos os outros se enganaram.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Deputada,...



A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – E há provas, segundo dizem, a respeito disso.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Opa! Como “segundo dizem”? Diz a senhora. Segundo dizem... Cuidado com o “segundo dizem”! Cuidado!

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Não. Estou perguntando para o senhor.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Apresentei documentos, hoje. Sr. Presidente, é possível apresentar-me as minhas declarações de renda? Por gentileza, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Não se preocupe porque depois o Presidente entrega para todos nós.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Por favor, para que não fiquem pairando dúvidas no plenário, faço questão de ler quanto que eu tinha de bens em 31 de dezembro de 2001. Por gentileza. *(Pausa.)* Esta aqui é toda a relação de bens que eu possuía em 2002. *(Pausa.)* Ela é clara. Declaração de ajuste anual 2003, Ano Base 2002. Está aqui para quem quiser ver. Se houver uma câmera aqui: “R\$346.000,00; CPF 307.433.540-87”. É o meu CPF, Deputada. Está aqui consignado: “R\$346.000,00; Ano Base de 2002”. No Ano Base de 2001 já tinha um patrimônio de 286 mil. E agora vamos para a minha declaração de bens de 2005, Ano Base de 2004, Deputada. É fundamental para que este plenário possa entender um pouco melhor essas inverdades, essas aleivosias que foram ditas aqui e que, por sinal, a senhora está confirmando que todo mundo falou. Todo mundo vai ser processado. Quatrocentos e vinte e quatro mil, ano de 2003. Desculpa. Aqui, deixe-me localizar aqui. *(Pausa.)* Quatrocentos e quarenta e dois mil. Portanto, senhora, não houve nenhum tipo de equívoco da nossa parte. Os documentos estão sendo apresentados aqui, publicamente.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Segundo, também, matéria do jornal diz o seguinte: *“A apuração da Procuradoria do IBAMA aponta que o ex-gerente Hugo aprovou um pedido de reflorestamento da Madeireira Kutschenko, de Pontes e Lacerda, mesmo com parecer contrário. O pedido foi feito por meio da Reflorestadora Tecamat, que venderia os créditos para a Kutschenko”*. E agora



dizem, também aqui, e aí eu quero que o senhor esclareça isso, que 2 dias depois o pedido das 2 empresas teria sido aprovado pelo senhor. Então, também, é uma outra situação que consta aqui da matéria que está sendo investigada pelo interventor, ou que já foi investigada. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Bom, primeiro, já ficou confirmado aqui, mediante os documentos apresentados, que os jornais publicaram muita coisa equivocada. Muita. Minha declaração de bens comprova isso. Em relação a essa questão especificamente, eu desconheço essa empresa Kutschenko e tenho a impressão de que não aconteceu nenhum tipo de ilegalidade, nenhum tipo de irregularidade. Por quê? Porque em nenhum momento eu forcei a barra para que se assinasse qualquer tipo de documento. Em nenhum momento. O que eu confiava era na equipe técnica, que vinha da DITEC. Os técnicos preparavam os documentos que passavam pela chefia da DITEC, cuja chefe é a Sonizi Alcedina de Figueiredo, que inclusive nem indiciada foi, e depois eles passavam para mim. Deputada Thelma, no IBAMA tem em torno de 10 mil processos. Em média, na minha mesa, na minha mão — assombrem-se, senhores! — passavam em torno de 200 a 300 processos e documentos diariamente, em média — processos e documentos. É um número assombroso. Eu não consigo me lembrar especificamente desses fatos, mas posso afirmar com convicção para a senhora: não teve, com certeza, nenhum tipo de irregularidade. Até porque nós elaboramos uma listagem das empresas que estavam agindo corretamente na área de reposição florestal e que foi enviada ao Dr. Sebastião Azevedo, chefe da PROGE do IBAMA. E a empresa Tecamat consta lá como uma das empresas que está em dia, está legal, e que possui condições adequadas para vender reposição florestal. E quem elaborou esse relatório foi a chefe da nossa Divisão Técnica. Então, eu confio no trabalho dela. Não me lembro especificamente, com tantas manifestações que eu tinha que dar diariamente, entre documentos, processos e outras coisas mais, mas eu acredito que não há nenhum tipo de irregularidade no que a senhora está relatando. Trata-se de mais uma história de jornal plantada pelo Elielson.



A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Ele tem mais uma história, então.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Vamos lá.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – *“Todas as licitações realizadas pela Gerência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente — IBAMA, em Mato Grosso, desde 2003 estão irregulares. De acordo com o interventor do órgão no Estado, Elielson Ayres de Souza, são cerca de 10 licitações que estão irregulares”.*

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ele citou quais?

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Não, ele não citou quais. Deve constar do Relatório Final.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Vamos ver.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Mas o que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu tenho a dizer que todas as licitações devem... com certeza seguiram o ritual administrativo e jurídico correto e adequado, ao ponto de que quando não havia condição de ser analisada pela nossa Procuradoria Jurídica local, que tinha só 3 procuradores, nós mandávamos para Brasília. Na verdade, agora até estávamos fazendo um pacote de umas 5 licitações que seriam levadas, em mãos, para a Procuradoria Jurídica em Brasília. Por quê? Porque nós não tínhamos condições que elas fossem analisadas. Mas todas elas têm cobertura jurídica e administrativa correta. Eu, em nenhum momento, forcei a barra ou fiz com que de alguma maneira algum tipo de serviço fosse contratado ilegal ou irregularmente.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Também saiu uma matéria, quando o senhor foi dar uma entrevista para um jornal — e aí a respeito do Presidente Nacional, o Sr. Marcus, quando ele disse que sabia, que soube das irregularidades, que ele reconhecia que tinha havido, acontecido as irregularidades no IBAMA, lá em Mato Grosso —, onde o senhor respondeu o seguinte: *“Agora, ele, o Presidente, fala isso; mas quando sempre tem algum problema para resolver, nós tentamos acomodar”.* O senhor disse ao jornal isso e



sem detalhar quais seriam os problemas a que ele se referia. Quais os problemas que o senhor tinha que acomodar?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Puta... tantos! Deputada Thelma, tantos!

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Quais? Alguns.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Para começar...

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Não precisamos de detalhes.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – ... se não tem funcionário lá, como é que você acomoda, como é que você resolve uma situação sem funcionário? Você acomoda. Quando você não tem carro e você pede ao Presidente, pede aos diretores, como é que você resolve a situação? Você acomoda, você vai dando, vai resolvendo e vai até às vezes deixando de resolver.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – O senhor se sentiu abandonado agora?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Com certeza, não só pelo Presidente como por alguns diretores. Eu acho que é uma administração do IBAMA inepta, ineficiente. Eu entendo que foi formado um conselho gestor que, por vezes, se reunia 5 vezes por semana, mas não resolvia nada, para discutir o mesmo assunto. Eu acho que tem muito pouco empenho do Presidente Dr. Marcus Luiz Barroso Barros na solução dos problemas do IBAMA, senão nós teríamos um novo SISMAD já há muito tempo. A questão do SISMAD foi levantada há muito tempo. Na reunião de Ji-Paraná, como eu relatei anteriormente. Essas fraudes só são possíveis porque não há um sistema de comando e controle adequado e que tenha uma base de dados unificada como o órgão ambiental do Estado de Mato Grosso tem, ou próximo disso tem. O IBAMA está muito mais atrasado do que o Estado do Mato Grosso, em termos de georeferenciamento, de base de dados e de qualquer coisa que vocês possam imaginar, a não ser de dinheiro para grandes operações: Macauã, Mapinguari, Curupira I, Curupira II. Aí sim, tem helicóptero, tem grana para fiscal. Nunca tinha grana para nada! Deputada Thelma, janeiro, fevereiro, março, abril, eu agüentei



que tivesse fiscais no Trevo do Lagarto só na conversa, porque não aparecia dinheiro para pagar as diárias. Só na conversa, na confiança da gente, que a gente, em algum momento, ia pagar. Eu estava cometendo uma irregularidade. A pedido de quem? Do Diretor de Proteção Ambiental Flávio Montiel, que me dizia: *“Não, nós vamos mandar o dinheiro. Nós vamos mandar o dinheiro. Nós vamos mandar o dinheiro”*. De fato, lá para abril, maio, veio o dinheiro. Muito tarde, mas veio. E quem sabe isso não propiciou, inclusive, não contribuiu para o processo de corrupção que nós denunciávamos muitas vezes? Quem sabe? A gente tem que analisar por esse aspecto também. Inúmeras vezes nós levantamos o problema de Mato Grosso. Reunião da Serra do Cipó, uma conversa em separado: “Dr. Marcus nós temos que ter, nós temos que fazer alguma coisa lá em Mato Grosso, lá tem muito problema, nós não temos estrutura, não temos pessoal”. O Dr. Marcus disse uma palavra que eu gostaria de repetir aqui, mas que na essência acabou se confirmando. Ele dizia: “Então vamos tomar providências”. No Ministério Público Estadual, finalmente, na presença de outras pessoas, Dr. Jacob, Dr. Gerson Barbosa, e outros procuradores, foi-me questionado que providências eu estava tomando sobre denúncias de irregularidades e corrupção no IBAMA? Eu disse: “Olha, todas as vezes que me surge um caso concreto eu levo à Polícia Federal, eu levo para o órgão competente, mas eu não tenho poder de polícia para ficar, não tenho condição de investigar a vida das pessoas. Isso compete a outros”. E nós denunciávamos. Denunciávamos, denunciávamos, denunciávamos o que dava para denunciar.

O resultado é que, de fato, se descobriu diversas ações de irregularidades que passam pelo Trevo do Lagarto, que tem que fiscalizar ATPF, que é um instrumento que possibilita o transporte de madeira, mas está desatualizado, tem 14 anos, já deveria ter saído do ar há muito tempo. Descobriram-se fraudes no SISMAD — Sistema de Controle de Fluxo de Madeiras, onde qualquer funcionário poderia ir lá colocar os dados que quisesse, não ficava o polegar dele, nem a hora dele, nem que modificação que ele fez. Nós descobrimos. Isso foi descoberto agora, mas foi descoberto com base no quê? Numa denúncia que foi feita. “O que você fez Hugo?”. “Olha, nós já falamos ao Presidente Marcus todos esses



problemas. Nós falamos”. Parece que depois que nós falamos para a Ministra, o Dr. Marcus assumiu a responsabilidade de tomar providências. Não tenha dúvida nenhuma de que aquela reunião no Ministério Público Estadual de Mato Grosso, em junho, julho de 2004, foi decisiva para esse processo. Não tenha dúvida nenhuma, Deputada Thelma. O SISMAD não é um sistema, é um banco de dados. Como é que a diretoria do IBAMA nunca se deu conta que ali havia fraude? Deputada Thelma, nós somos auditados todos os anos. Durante umas duas, três, quatro semanas vem gente aqui de Brasília e bota lupa em cima do que nós fazemos. Bota lupa em cima do que nós fazemos. Isso, todos os anos. Nunca apontaram uma falha conforme a que o Elielson colocou agora, em primeiro lugar, sobre a questão das licitações. Segundo, nunca apontaram nada em relação às falhas do SISMAD. Nós gerentes, gritando, gritando, dizíamos: “Tem problema, tem problema, precisamos de um novo sistema, precisamos de um novo sistema”. “Nós vamos fazer uma licitação”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Três minutos para pergunta, 3 minutos para resposta, 3 minutos na réplica.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – Presidente, por enquanto são as minhas perguntas. Depois eu posso retornar com outras. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Obrigado, Presidente. Tanto o Deputado Sarney Filho quanto a Deputada Thelma fizeram questão da pergunta sobre financiamento de campanha do PT. Eu entro com requerimento solicitando ao Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso qual será, eu quero a doação de campanha dos últimos 10 anos para todos os candidatos daquele Estado. Só para tirar dúvidas. É importante que tiremos as dúvidas, até porque o Dr. Avelar, ele disse que realmente houve doação ilegal. Se há ilegalidade, cabe a todos nós investigarmos, seja que partido for.

Sr. Hugo, o senhor tem conhecimento de doação ilegal para a campanha do Partido dos Trabalhadores por parte de madeireiras?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, Sr. Deputado.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor doou?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu, pessoalmente, doei 5 mil reais, de forma legal, declarados na minha declaração de Imposto de Renda e declarados, ao que me consta, pelo próprio Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Rapidamente passou uma pergunta que eu não consegui absorver na hora que o Deputado Sarney perguntou, a questão do georeferenciamento. A empresa é a TECNOMAPAS, é isso? Técnico Mapas?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – A TECNOMAPAS é uma empresa particular, uma empresa privada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Com sede aonde?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Com sede em Cuiabá, Mato Grosso.

É uma das empresas de tecnologia, de maior tecnologia do Brasil. É uma tecnologia de ponta, tanto é que ela tem parceria com a Oracle, enquanto banco de dados, e tem parceria com a ATEC.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ela é contratada por qual órgão?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ela venceu uma licitação da Fundação Estadual de Meio Ambiente lá pelo ano de 1999, 2000. E depois, neste ano, no ano passado, teve uma prorrogação desse contrato, uma prorrogação inclusive homologada pelo Ministério Público Estadual. E agora houve uma nova licitação e que ela venceu, parece que agora não sozinha, em parceria com a ATEC.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E essa licitação feita pelo Governo do Estado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Exatamente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa empresa foi arrolada em qualquer questão do processo?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – No que concerne...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nesse Curupira?



O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - ... a Curupira é tanto IBAMA quanto FEMA, Deputado. E no que concerne ao IBAMA, não. No que concerne à FEMA, eu não tenho conhecimento. Eu não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Acho que foi o senhor que citou um rapaz chamado Luiz Duarte.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – É funcionário do IBAMA?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E ele está preso?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Está sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E qual é a acusação sobre ele?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Extorsão, ao que me consta. Parece que partes das gravações dele também foram publicadas no jornal. Eu tive acesso a uma em que ele estaria supostamente fazendo uma vistoria, ele, Aleixo Hank, que é um analista ambiental contratado há uns 2 anos e que não está preso, e mais um outro funcionário. E após essa vistoria, parece que esse funcionário — isso foi relatado nos jornais — teria solicitado uma propina para que a empresa dele pudesse ser, a empresa visitada pudesse ser homologada para receber ATPFs. Mas eu não conheço detalhes, a não ser o que diz a imprensa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor declarou antes que o senhor tem inimigos aqui no IBAMA, em Brasília. Por que o senhor acha que tem inimigos aqui no IBAMA?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu não acho, eu tenho convicção, Deputado, porque...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por quê? E quem é?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Primeiro, por quê? Porque eu era uma pessoa que questionava muito, eu era uma pessoa que pedia muito recurso, pedia dinheiro. Eu questionava também a questão... é... algumas questões de encaminhamento que eram dadas. Por conta disso, eu tive... Por exemplo: a DICOV, Divisão de Fiscalização de Cuiabá, só tem um veículo, uma L-200, ano 2000/2001. Eu pedi, no início de 2003, que fosse cedido recurso para



que Cuiabá pudesse fazer uma licitação ou que fosse cedido um carro para a nossa DICOF. Quando terminou, quando estava lá pela metade de 2004, eu tive uma discussão áspera com o Diretor Flávio Montiel, ele me dizendo: “Pô, como é que você fica falando por aí que eu não te ajudo, não sei o quê? O Estado que mais recebe recurso!” De fato, era o Estado que mais recebia recurso, porque era o que tinha os maiores problemas. Mas não tinha veículo para ir a campo, doutor. Então, tive problemas com ele, tive problemas também com outros diretores e também com o Sr. Presidente, porque, por diversas vezes, desconheceu os nossos reclamos, as nossas angústias locais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor também disse que a direção do IBAMA é inepta e ineficiente.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a anterior era bastante eficiente?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não afirmei isso, doutor, não afirmei isso. Não, não estou querendo dizer. Eu acho que não tem...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quem era o Gerente Executivo anterior?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Era Leôncio Pinheiro Filho, irmão do Senador Jonas Pinheiro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E nessa investigação, ele foi citado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Em nenhum momento, o que também me causa algum assombro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele era bastante eficiente?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Doutor, eu não sei. Eu acho... eu não sei, eu não sei.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O SISMAAD, quando o senhor chegou, já existia?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – O SISMAAD é um programinha de 99, parece que é uma dissertação de mestrado de um camarada lá de Belém do Pará. É um banquinho de dados que o IBAMA adotou como um sistema de



controle, que os madeireiros já tinham uma performance e uma versão melhor nos computadores deles lá, ou de seus escritórios despachantes.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, no que diz respeito a inepto e ineficiente, se se incluiu o SISMAD, é algo mais antigo?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Com certeza. Como a ATPF é, Deputado. Como a ATPF é.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor conhece Marcos Pinto Gomes?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor, conheço. É chefe de fiscalização e meu substituto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E quem nomeou o seu substituto?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É uma escolha que compete ao gerente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E por que o senhor o escolheu?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Eu o escolhi porque... Num primeiro momento eu mantive o então substituto, era um Procurador Federal. Em alguns momentos eu percebia que ele não era digno de confiança, até porque ele era...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele quem não era digno de confiança?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Esse Procurador Federal — não me lembro do nome dele agora, mas não é difícil de a gente descobrir... Dr. Edson Novells. Então, quando eu vi que ele estava rompendo a minha confiança... Na verdade ele era substituto do anterior; eu tentei aproveitar as pessoas que me pareciam que estavam bem. Bom, então, quando ele passou a não ser mais da minha confiança, eu convidei a Sonizi Alcedina Figueiredo, ex-chefe da DITEC. Insisti com ela uns 2 meses, negociando, fiquei até sem substituto uma época, e finalmente ela me disse que não queria, não queria e não queria. E aí acabei optando pelo Marcos Pinto Gomes. Por que optei pelo Marcos Pinto Gomes? Porque ele era chefe da Fiscalização, era um policial rodoviário federal...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Aposentado?



O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, senhor; não senhor: cedido ao IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, tá.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Ele está num cargo de DAS lá, Deputado. Ele conhecia muito bem a legislação, como tantas outras pessoas conhecem lá. Eu não sou da área jurídica, ele também não é, mas ele conhece bem a legislação, até porque parece que trabalha no IBAMA desde 99, parece. E, em razão disso, eu achei por bem colocar ele como meu substituto.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Nunca tinha recebido nenhuma denúncia de corrupção do Marcos Pinto Gomes?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, Deputado; não. Nunca tinha recebido.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele está preso agora?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Está sim, senhor.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o Sr. Hiroshi?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – O Sr. Hiroshi é o chefe da SULAN. A SULAN é um setor dentro da divisão técnica, ela é subordinada à Sra. Sonizi Alcedina Figueiredo. Ele já estava lá quando eu cheguei ao IBAMA. Acabei mantendo ele lá. Quer dizer, essa distribuição eu deixava praticamente livre para os chefes dos setores. Então, ele acabou ficando lá. Eu nunca conversei com o Sr. Hiroshi Abe — no máximo o cumprimentei umas duas ou três vezes —, nunca conversei com ele detalhadamente, cumprimentei umas duas ou três vezes...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele rasgava ATPFs?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não sei, doutor. Não estou sabendo disso não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Quando houve a intervenção, houve escritórios do IBAMA em que teve de chegar gente de fora porque foram todos presos. Um grupo desses, no qual se faz uma limpa e se prende uma quantidade enorme de gente, o senhor não desconfiava de nada?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Bom, sobre essa questão das prisões, Deputado, eu acho que a gente tem que ficar um pouco ligado. Foram



presas 134 pessoas, e o inquérito policial da Polícia Federal até o momento indiciou só 90. Portanto, você já tinha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Já foi concluído o inquérito?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – O inquérito, sim. O inquérito já foi concluído.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor foi indiciado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Sim, senhor; pela Polícia Federal. Ainda não houve apresentação de denúncia por parte do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A Polícia Federal o indiciou sob que acusação?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Nós tivemos acesso, parece, ao processo hoje à tarde só, mas seria por formação de quadrilha e recebimento de... Formação de quadrilha e o outro eu não me lembro, mas me parece que é corrupção passiva, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Essa é a acusação da Polícia Federal no inquérito?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Parece que é.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – No seu indiciamento?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Parece que é. Mas — o senhor me permite, Deputado — queria concluir uma observação que estava fazendo. Então, se mais de 30% das pessoas que foram presas não foram indiciadas pela Polícia Federal — é provável que ainda o Ministério Público também não ofereça denúncias para alguns —, isso mostra que a operação talvez ela tivesse tido um vulto muito maior do que ela talvez precisasse ter. Até porque eu defendo a minha inocência dentro desse processo. Então, seriam pelo menos já... Em vez de 34, seriam 35 inocentes. E eu tenho certeza de que ainda vão ser inocentados muitos que estão presos, a meu ver indevidamente. Todavia, eu quero reafirmar: a operação era necessária, havia problemas, esses problemas nós sempre denunciávamos a quem de direito e na hora em que nos era possível fazer isso.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O senhor tomou conhecimento de acusações contra Marcos Pinto? Quais são?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não tomou conhecimento?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não; não, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E as acusações contra o Sr. Hiroshi?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não; não, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não tem conhecimento?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Não, não, doutor. Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Do Ministério Público, quais são as acusações? Porque da Polícia Federal o senhor já disse no inquérito do senhor. O Ministério Público já concluiu o inquérito?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Eu não sei, o Dr. Mário Lúcio, que é do Ministério Público, está aqui presente, eu não tive... não tenho informação nenhuma sobre isso, não tenho comunicação com ele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor conhece a empresa São Pedro?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – É, conheço sim, ela é uma empresa que pertence ao mesmo grupo da empresa Tecamat. Ela é uma empresa que... como houve modificação no processo de reposição florestal de Mato Grosso — não sei se o senhor é do ramo e entende...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, não. Não entendo nada desse ramo.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Tá, mas só para colocar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Nem do ramo da madeira, nem do outro.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Existia uma coisa chamada fomento florestal e depois passava-se a levantamento circunstanciado. Mato Grosso teve editada uma portaria, uma Instrução Normativa nº 40, exclusiva para o Estado de Mato Grosso, porque era uma coisa que estava sendo organizada e colocada nos moldes de que todo IBAMA provavelmente usaria para o Brasil. E



pelo menos foi esse o depoimento que o Dr. Hummel, Diretor de Floresta, deu para a gente. Ao mudar-se o sistema, passando de fomento florestal — o fomento era: o senhor vendia e depois o senhor plantava; e o levantamento circunstanciado era o contrário, o senhor planta e depois o senhor vende —, então, passamos para esse segundo sistema. Então, ao que me consta, essa empresa, os empresários dessa Tecamat criaram uma nova empresa chamada São Pedro para operar dentro desse novo sistema.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Alguns deles também foram presos?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Os dois, dois dos irmãos: Luís e Evandro.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Tanto da Tecamat quanto da São Pedro?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Não, ele são os proprietários únicos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eles tinham outras empresas mais?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Ah! Pelo que eu sei, eles são milionários.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Alguma dessas empresas no papel só?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Doutor, eu não sei. Não é incumbência minha ver se tem empresa no papel ou não. Não tenho essa competência, não conheço esse...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Como ex-Diretor Executivo do IBAMA, nunca tinha recebido, ou recebeu alguma vez denúncias sobre as empresas no papel?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Não, não. Todas as denúncias que me foram feitas, eu sempre encaminhei para os lugares devidos, fosse o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual ou a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor disse anteontem também que enviou cópia das denúncias feitas contra os Procuradores para o IBAMA 7, o senhor disse isso. O senhor fez denúncias contra os Procuradores...



O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Ah! Não, não. Veja só, me permita esclarecer: os Procuradores... Tem processo de infração. Digamos que foi apreendido um caminhão ou foi desflorestada uma área. Então, o processo corria lá dentro do IBAMA, e quando chegava no Procurador, ele liberava o caminhão, liberava a carga e diminuía a multa. Digamos que fosse de 10 mil reais, diminuía para mil reais e liberava o caminhão e liberava a carga. Só um exemplo. Aí, esse tipo de.... eu chamo isso de despacho, não é nem parecer, esse tipo de manifestação, nós não a acatávamos e se a acatamos em algum momento, talvez contra... sem que a gente tivesse se atentado, e enviamos diversos desses processos para Brasília. Então esses processos em que nós entendemos como tendo sido procedimentos inadequados ou até irregulares de Procuradores foram mandados para a PROGER, diversos, pelo menos uns 3 ou 4, quiçá mais.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Só uma última pergunta, Sr. Presidente. O senhor tomou conhecimento agora do indiciamento da Polícia Federal?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - É, hoje à tarde... Não, do indiciamento da Polícia Federal fiquei sabendo no sábado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sábado passado?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - É.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Porque na hora em que o senhor vai preso, o senhor suspeita que está indo preso por quê? Quais eram as ações?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Eu suspeito que tenha sido preso justamente pela forma combativa como eu defendi o meio ambiente. Eu arrumei inimigos aqui no IBAMA 7, não só adversários, inimigos; eu arrumei inimigos junto ao setor produtivo, porque eu era contrário ao desmatamento de 50% e 50% de averbação, eu era favorável ao desmatamento de 20% e averbação de 80% na área de transição; eu era contrário a essa maracutaia que era a reposição florestal e que tentamos organizar; eu era contrário à existência de planos...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas essas aí são ações do Governo do Estado? Essa ações aí...



O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Não, 50%, 80% é do Estado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Do estado.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - É. Agora, reposição florestal é do IBAMA.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Do IBAMA.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Essa lengalenga já vinha desde 99, nós é que invertemos no ano de 2003. Então, eu era contrário a isso, nós prejudicamos diversas empresas, pelo menos 3 empresas nós prejudicamos seriamente. A *(ininteligível)*, a Flora Cuiabana, a outra não recordo agora. Prejudicamos seriamente. Prejudicar não no sentido de querer prejudicar, no sentido da defesa do meio ambiente. Oferecemos denúncia ao Ministério Público. Está lá denunciado ao Ministério Público, com provas; aliás, essas pessoas, não sei por que não estão presas com a gente. Essas sim, cometeram crime ao não fazer a reposição florestal que devia ter ocorrido. Então, dentro desse contexto, e ainda com minha forma muito incisiva e muito forte de pedir recursos, inclusive de denunciar corpo mole ou falta de ação dentro do IBAMA sede, ganchou inimigos para mim, infelizmente, Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Senhor Hugo, tenho ainda algumas últimas perguntas a lhe fazer. A primeira é a seguinte: quantas pessoa foram indicadas pelo senhor para ocupar cargos, aproximadamente?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Acho que umas 6, 5, 6, 7 talvez: meu chefe de gabinete, algumas outras pessoas ficaram, não é, como eu disse, ficaram lá nos cargos, não houve nem indicação ou não indicação, alguns chefes de escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Chefe de escritório em Rondonópolis foi indicado pelo senhor?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Chefe de escritório em Rondonópolis foi mantido a pedido da Diretoria do Sindicato do IBAMA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Já era antes da sua nomeação?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Não, não. Ele não era antes da minha nomeação, ele foi nomeado recentemente, no final do ano passado, lá pelo mês de agosto, setembro do ano passado. Ednaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Portanto, uma indicação com o seu beneplácito?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - É, foi com meu consentimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Marcos Pinto é indicação do senhor?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - É uma pessoa que estava à disposição lá, como tantas outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, é o chefe de fiscalização, é uma indicação da sua confiança, cargo de confiança, é um DAS de sua confiança.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - É um DAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Hiroshi?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Não tenho nenhuma relação com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nenhuma relação com ele?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O Sr. Marcos Pinto e o chefe de escritório em Rondonópolis são filiados a partidos ou são técnicos do IBAMA?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Ao que consta, não são filiados a nenhum partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito, é o suficiente. Na sua avaliação, existe um esquema de propina, do qual o senhor não faz parte, como o senhor deu a entender em algumas das suas respostas ou esse esquema de propinas é uma ficção?



O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Deputado, não existe um grande esquema específico de propina como se fosse uma quadrilha organizada. O que existe é um sistema de comando e controle falho que permite que alguns funcionários se vendam, até, como diz o jornal de Cuiabá, por uma dose de uísque paraguaio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Esse dinheiro arrecadado é com finalidade de enriquecimento patrimonial desses funcionários?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Doutor, eu não tenho nenhum conhecimento, não tinha conhecimento anterior, eu só tinha conhecimento do Ednaldo, que diz que andava com uma caminhonete de 100 mil reais, e isso, como o senhor viu, eu denunciei para a Polícia Federal, e ele está preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Ou seja, em nenhum momento o senhor tomou conhecimento de que havia um esquema com finalidade de abastecer campanhas eleitorais ou cofres partidários?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Com certeza, em nenhum momento tomei conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor conhece Antônio Luiz Ganancin?

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Antônio Luiz Ganancin, conheço sim. Ele me ofereceu um chácara, em 1997, que ficava a 70 quilômetros mais ou menos de Cuiabá, dos quais 40 de estrada de chão. E, na oportunidade, essa chácara custava 50 mil reais, e eu acabei comprando uma chácara mais próxima por 13 mil e 500 reais registrada e tudo isso, que ficava a apenas 38 quilômetros de Cuiabá, dos quais apenas 8 de chão. E, na oportunidade, eu optei por fazer o negócio que para mim era mais adequado, porque eu não era amante de pesca, era só para lazer e contemplação da minha esposa, afinal, éramos só nós. Depois disso, Luiz Ganancin, eu vi ele muitos anos depois. Nunca mais vi ele. Aí vi ele muitos anos depois freqüentando os corredores do IBAMA. E, na oportunidade, eu fiquei sabendo, por terceiros, de que ele era vendedor de empresas de reposição florestal e que também trabalhava nos interesses do Governador Blairo Maggi.



Isso é o que me foi informado. Soube — até quero esclarecer —, que ele fez comentários desairosos com terceiros sobre mim e esses comentários não tem nenhuma procedência, não tem nenhuma veracidade, não tem nada a ver com a minha forma de conduta e com a minha personalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E que interesse, na sua avaliação, ele teria em prejudicá-lo, a ponto de fazer denúncias como a de que o senhor poderia estar recebendo algum benefício indevido no exercício do cargo?

O SR. SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Deputado, eu não sei se ele chegou a fazer denúncia, porque parece que se trata de uma conversa de telefone, onde ele diz: “eu acho que o Hugo leva, acho que o Hugo deve levar, porque ele tinha um carrinho velho”, na verdade, quando eu tinha.. quando eu lidei com ele nessa compra da chácara, eu tinha um Uno CS, seminovo, e tinha um Tempra também seminovo, do ano de 96, e isso era no ano de 97. Portanto, não era uma pessoa que não tivesse posse. Tinha dois apartamentos, um em São Paulo e um em Cuiabá, e já tinha outros bens. Então, eu acho que ele fez esse comentário muito mais para se cacifar frente às pessoas. Quanto ao fato de que ele teria feito denúncia, Deputado, eu não estou vendo fundamento nisso, porque me parece que ele está fugido da polícia, parece que ele tem decretada a prisão e está fugido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Uma última pergunta. Em algum momento o senhor fez por escrito, portanto de uma forma formal, alguma diligência ou algum requerimento aos órgãos superiores do IBAMA reclamando da falta de controle e solicitando que melhorassem o sistema de georreferenciamento, ou sistema de controle? Há algum documento seu declarando do descontrole completo e absoluto que o senhor, hoje, aqui, com todas as letras, mostrou existir no IBAMA?

O SR. SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Deputado, depoimento individual meu, sim, tenho sobre a questão do Sismad, mas tem vários resultados tipo relatório de reunião que apontam vários desses problemas. A falta de sistemas confiáveis no IBAMA apareceu por várias vezes. É só pegar esses



relatórios de reunião e que nós teremos documentos suficientes quanto a isso, de como a administração central do IBAMA tinha conhecimento desses fatos. Mas com relação a Sismad, tem coisa escrita, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E há algum interesse revelado, claro, em não instituir um sistema de controle, o senhor tem algum indício, não sei se uma prova, algum indício de interesse de alguém dos órgãos superiores? E a segunda parte da pergunta: se há esse interesse em não fiscalizar para facilitar, é claro, o descontrole, dificultar as atitudes de comando e controle, haveria alguma correlação entre esses que estão tão interessados em dificultar o controle com a suposta perseguição que o senhor está sofrendo?

O SR. SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Deputado, eu não acho. Eu acho que é incompetência mesmo, Deputado. Acho que é desinteresse. Acho que é uma postura, assim, de Deus no Olimpo. Acho que está acima de tudo, aqui tá tudo bem, vamos levando, o pessoal vai resolvendo os problemas lá na ponta. Acho que é um pouco por aí, Deputado. Não acho que tenha desonestidade, não acho que tenha tido algum interesse escuso. Agora, um bom indicador para o senhor é que mais ou menos 70% dos recursos do orçamento do IBAMA são gastos na sede, praticamente, e 30% nas 37 gerências e nos centros especializados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputada Telma, para encerrar.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Só uma última pergunta. Também foi dito aqui que o Grupo Amaggi teria conseguido uma autorização de desmatamento para uma determinada área, e depois, quando o fiscal do IBAMA foi lá para conferir, não havia sido tirada — vou dizer nas palavras que foram ... — nenhuma lenha, mas que foi conseguida, foi dada entrada, com autorização de transporte dentro do IBAMA. Então, eu queria saber se o senhor tomou conhecimento de alguma coisa nesse sentido?

O SR. SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Não, Deputada. Do Grupo Amaggi não tomei conhecimento. Tomei conhecimento de um caso semelhante a



esse da Bunge, e que ficou à exclusiva competência técnica a decisão. Vieram para o meu gabinete duas vezes para tentar solucionar. Eu falei: isso é um problema técnico e se resolve na forma técnica. O que se alegava, o que os nossos técnicos diziam é de que a empresa tinha pego as ATPFs para transportar a madeira até o pátio de secagem, e não tinham retirado a madeira.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Isso o senhor está falando da Bunge?

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Da Bunge, é.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Não, o...

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Da Amaggi não sei de nada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA – É, porque foi dito aqui pelo interventor que isso teria acontecido e que consta do relatório final.

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Pode ser, mas eu não sou um... não conheço esse caso, não sei. Se soubesse, com certeza eu responderia para a senhora.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Acredito que sim. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Na sua gestão, Sr. Hugo, quantas apreensões de madeira e qual a volumetria apreendida?

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - É muito difícil precisar isso, Deputado, porque a volumetria da madeira... porque se tem 4 gerências: tem a Gerência de Juína, de Sinop, de Barra do Garças e de Cuiabá. A maior parte das apreensões aconteciam em Juína e em Sinop. Mas o que podemos dizer para o senhor é de que nós fomos os campeões, o Estado de Mato Grosso foi o campeão em valor de lavratura de auto de infração, no ano de 2003. Meu primeiro ano de gestão. Com alguma coisa em torno de 1 milhão, 130 mil reais, não quero... pode ser 137, pode ser 127. Um milhão... desculpe, 130 milhões de reais, e no meu segundo ano...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E nos anos anteriores, qual era?



SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - No segundo ano, foi de 165, 170 milhões de reais, mais uma vez recordista em valor de auto de infração. Nos anos anteriores foi menor, foi menor, nosso esforço foi muito grande no combate aos ilícitos ambientais. Sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A Deputada Telma não se interessou, mas eu me interessei pela Bunge, esse caso.

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Tá bom, vamos lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Por favor, o que aconteceu com a empresa Bunge?

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Deputado, a Bunge é uma empresa que compra grãos e, portanto, precisa fazer secagem de grãos. Essa secagem de grãos é feita em fornos à lenha. Então, eles precisam comprar lenha e precisam comprar reposição florestal. Eles só conseguem comprar lenha de desmate mediante compra de reposição florestal. Está bom? Compraram a reposição florestal e obtiveram as ATPFs, obtiveram o documento legal para o transporte, estava lá a madeira, no roçado. E aí, em vez — segundo nossos técnicos, a versão da Bunge é outra — de pegar daquela madeira, pegaram “daquela” e levaram para o seu pátio de secagem. Nossos técnicos, chegando lá, teriam constatado que a madeira ainda estava lá e meteram uma multa nela. Segundo a história que me veio. A versão da Bunge é outra. A versão da Bunge diz que eles apressaram o passo e tiraram, em questão de uma semana, toda a madeira que estava disponível, utilizando-se das ATPFs que teriam sido concedidas a eles em função da reposição florestal comprada, adquirida. Essa história, se o senhor precisar bem mais, só puxando o processo e abrindo o jogo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Bom, o Dr. Mário Lúcio chegou aqui e, por mais de uma vez, ele disse que o que foi desbaratado no Curupira é ação de cerca de 6, 8, 10 anos. Ele disse mais de uma vez. Quer dizer, então, não é coisa nova. Pegar um máquina dessas que tem 10 anos funcionando de uma maneira corrupta, o senhor acha que em 2 anos consegue botar ela na linha com tudo, no que diz respeito em ineficiência, em questão de eficiência e tudo? Porque é uma máquina, todo o sistema de informática foi herdado. Todo o sistema administrativo



foi herdado, todo o sistema de autorização de transporte de madeira foi herdado, não tem orçamento...

SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE - Deputado, sabe, eu sei onde o senhor quer chegar. Mas eu não acho que seja esse o fato, Deputado. Quando a gente quer realmente trabalhar, se virar, a gente consegue. Sabe por que eu era considerado chato? Porque o orçamento previsto para o Estado do Mato Grosso operar no primeiro ano de minha gestão, tirando o salário, era de 1 milhão e 600. Nós operamos 3, perto de 3 milhões de reais. No segundo ano, Deputado, nosso orçamento previsto era de 3 milhões, nós operamos 5 milhões e pouco de reais. Ou seja, eu me tornei um chato para muita gente, porque eu pedia dinheiro, pedia recurso, eu ia atrás, eu queria resolver e nós conseguimos resolver muitos problemas, organizamos a reposição florestal, estávamos fazendo a licitação do Sismad, enfim, aumentamos os autos de infração em 2003, aumentamos os autos em infração de 2004. Então, Deputado, depende muito de quem e com que garra e com que vontade ele vai tentar resolver o problema. O Sismad, ser um problema enquanto banco de dados — é até um abuso ser chamado de sis...sistema, não é? —, isso é público e notório desde 2001. Tanto é que fizemos uma reunião em 2004, em Ji-Paraná e nós solicitamos. O fato do IBAMA não ter um módulo geo de geoprocessamento, de localização espacial, dos planos de manejo... Doutor, Mato Grosso já tinha para desmate em 1998/99. O Estado do Mato Grosso tinha. O IBAMA, será que seus técnicos, seus diretores que chegaram lá, com todo o conhecimento, ou será que não foi por conhecimento que chegaram lá, não se atentaram para esses fatos? Nós estamos no Governo, essa gestão está no Governo desde 2002, 2003. Eu acho que, em parte, concordo com o senhor que é uma questão processual, mas tem que na parte processual mostrar o momento da inflexão, o momento da iniciativa. Agora mudou. Nós estamos fazendo. E nada aponta de que tivesse fazendo diferente, Deputado. O que estava sendo feito diferente era que 37 gerentes nos Estados feito loucos acreditando numa causa, trabalhavam, e os resultados que aparecem no IBAMA é muito mais resultado do trabalho insano de 37 gerentes do que de uma administração central.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Mais alguma pergunta, Deputado? Bem, então, nós queremos agradecer a presença do convidado, das testemunhas, dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Assessores e demais presentes. Declaro encerrada a reunião, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no próximo dia 28 de junho, às 14h30min, no plenário 7. Está encerrada a presente reunião.